

TRAVESSIA

revista do migrante

Publicação do CEM - Ano XII, número 33, janeiro - abril / 99

M A I O



M E PROGRES



S



ISSN - 0103-5576

TRAVESSIA

Revista do Migrante

CEM - Centro de Estudos Migratórios (Federação dos CEMs J.B.Scalabrini)

Publicação quadrimestral, voltada ao estudo e divulgação da realidade do migrante a partir dos diferentes ramos do conhecimento: social, político, econômico, educacional, cultural, etc.

Diretor

Sidney da Silva

Editores

Dirceu Cutti

Sidnei M. Dornelas

Jornalista Responsável

Antonio Garcia Peres (MtB 3081)

Conselho Editorial

Carlos B. Vainer

Dulce Baptista

Francisco Nunes

Heinz Dieter Heidemann

Helion Póvoa Neto

José G. Baccarin

José Guilherme C. Magnani

José J. Gebara

Luiz Bassegio

Marilda A. Menezes

Oswaldo M.S. Truzzi

Teresa Sales

Wanderluce P. Bison

Conselho Consultivo

Alfredo J. Gonçalves

Cláudio Ambrozio

Edgard Malagodi

Ermínia Maricato

Marília P. Sposito

Milton Schwantes

Capa

Arte: 2M Criação e Produção Gráfica Ltda

Editoração Eletrônica

Dirceu Cutti

Impressão

Gráfica e Editora Peres Ltda - Fone:(011)7209.1387

Endereço para Correspondência

Rua Vasco Pereira, 55 - Liberdade

01514-030 São Paulo/SP - Brasil

Fone: (011)278.6227 - Fax: (011)278.2284

E-Mail: cemsp@cidadanet.org.br

<http://www.scalabrini.org>

Os artigos assinados são de responsabilidade de seus autores

ÍNDICE

MIGRAÇÃO BRASILEIRA NO MERCOSUL

Rogério Haesbaert

Marcelus Silveira.....05

ENTRE AS LEIS E AS REALIDADES

LOCALIZADAS AS TENTATIVAS DE CONSTRUÇÃO

DE UM MERCADO COMUM SOLIDÁRIO

Marcia Sprandel.....11

MIGRAÇÃO RELIGIOSA AFRO-BRASILEIRA

DE PORTO ALEGRE PARA O MERCOSUL

Ari Pedro Oro.....15

CUANDO LOS DIOS MIGRAN

RELIGIONES AFRO-BRASILEÑAS Y NEOPENTECOSTALISMO

EN EL MERCOSUR

María Julia Carozzi.....18

MERCOSUL

FONTES DO DIREITO DO TRABA-

LHO.....22

HISPANO-AMERICANOS EM SÃO PAULO

ALCANCES E LIMITES DE UM PROCESSO DE INTEGRAÇÃO

Sidney Antonio da Silva.....24

DE FACILIDADES Y RESTRICCIONES

POLÍTICAS INMIGRATORIAS ARGENTINAS DE LOS'90

Adriana Villalón.....33

AGRICULTURA BRASILEIRA

GLOBALIZAÇÃO E INTEGRAÇÃO NO MERCOSUL

José Sidnei Gonçalves.....38

MIGRAÇÕES NO MERCOSUL

Em 1991 foi assinado, entre Brasil, Argentina, Uruguai e Paraguai, o Tratado de Assunção visando a constituição de um Mercado Comum - o Mercosul. Se é verdade que no campo das transações comerciais os valores envolvidos sofreram considerável incremento, passando de 4 bilhões de dólares em 1991 para 14 bilhões de dólares em 1996, no campo das migrações não se pode dizer o mesmo. Ou seja, a constituição do Mercosul não deflagrou, até o momento, novos fatos significativos em termos de deslocamentos populacionais. Todavia, a migração no âmbito do Mercosul é uma realidade e sobre ela falamos aqui.

Diferentemente do que ocorre com os brasileiros que emigram para os países do chamado Primeiro Mundo - em direção ao mercado urbano - a emigração do Brasil para os países do Mercosul apresenta um caráter fundamentalmente rural. Haesbaert e Silveira discorrem sobre esse processo e, juntamente com Sprandel, que busca averiguar como se dá a "livre circulação de forças produtivas", uma das prerrogativas do Tratado, concluem que para os migrantes os efeitos da integração pairam distantes. O mesmo afirma Silva a partir do estudo do fenômeno inverso - a presença dos hispano-americanos na cidade de São Paulo.

Sob outro ângulo - o religioso - e em outras proporções, Oro e Carozzi trazem à tona a penetração de cultos afro-brasileiros e pentecostais em direção aos países Platinos, bem como as transformações sofridas a partir do novo contexto.

Vilallón focaliza as Políticas Imigratórias na Argentina deixando claro que as leis sempre se pautaram pela dubiedade: de um lado acenam favoravelmente ao ingresso de estrangeiros e, de outro, impõem claras restrições, sobretudo às migrações limítrofes. Ou seja, o ingresso é facilitado apenas a quem o Estado julgar conveniente.

Não foi, pois, a constituição de um Mercado Comum que conduziu a uma maior integração no caso das migrações, aliás, a integração vista sob este ângulo apresenta-se minada de contradições. Uma contradição?... Gonçalves traça uma análise do que vem ocorrendo no campo da agricultura brasileira a partir da globalização e da integração do Brasil no Mercosul e deixa evidente de que o princípio básico continua sendo a guerra do "quem pode mais, chora menos". Dá exemplo, inclusive, de transações comerciais envolvendo Brasil, Argentina e Estados Unidos que, a partir da ótica da integração, soariam como brincadeiras de criança e de mau gosto. Todavia, não são brincadeiras de criança, são lances de um mercado adulto, moderno, que possibilitam entender um pouco o que por vezes parece chucra contradição.

Dirceu Cutti

DESEJA ADQUIRIR

TRAVESSIA - Revista do Migrante?

*É fácil assinar a Revista TRAVESSIA
É possível adquirir números avulsos
E ainda há tempo para montar a coleção*

Veja como proceder

Observe, ao lado, a relação dos números publicados;
Veja abaixo as opções para assinatura e aquisição de números avulsos;
Escolha o que deseja receber;
Faça você mesmo as contas - (as despesas postais, via impresso, são por nossa conta);
Efetue o pedido mediante pagamento.

Formas de Pagamento

Escolha a opção que lhe facilita mais:

- a) *Cheque nominal à Pia Soc. dos Miss. de S. Carlos*
- b) *Depósito bancário nominal à Pia Soc. dos Miss. de S. Carlos; Banco Bradesco; Agência Tabatinguera nº 0515-0; conta corrente nº 23083-9 e envie-nos cópia do comprovante do depósito.*
- c) *Vale Postal em nome de Centro de Estudos Migratórios, endereçado à Agência de Correio Praça João Mendes-SP, código nº 72902302.*

Valor da Assinatura

- () Ass. válida por 1 ano..... R\$ 15,00
- () Ass. válida por 2 anos..... R\$ 25,00
- () Ass. válida por 3 anos..... R\$ 35,00

Números Avulsos

- Exemplos do nº 1 ao 7..... R\$ 1,00
- Demais exemplares: Nº avulso..... R\$ 5,00
- Quantidade..... R\$ 4,00
- Coleção Completa..... R\$ 85,00

Nosso Endereço

Rua Vasco Pereira, 55 Liberdade CEP:01514-030 São Paulo/SP - Brasil
Fone: (011)278.6227 Fax: (011)278.2284
E-Mail: cemsp@cidadanet.org.br
<http://www.scalabrini.org>

CONFIRA A RELAÇÃO DOS NÚMEROS PUBLICADOS

- 01 - Sazonais
- 02 - Cidade
- 03 - Fronteira Agrícola
- 04 - Violência
- 05 - Voto
- 06 - Barragens
- 07 - Cultura
- 08 - Trabalho
- 09 - Família
- 10 - Religião e Religiosidades
- 11 - Estrangeiros
- 12 - Educação
- 13 - Pena de Morte
- 14 - Migrar e Morar
- 15 - Tempo e Espaço
- 16 - Desemprego e Subemprego
- 17 - Imagens
- 18 - Novas Tecnologias
- 19 - Identidades
- 20 - Saúde
- 21 - Emigração
- 22 - Retorno
- 23 - Metrópole
- 24 - Índios e Territórios
- 25 - Deslocamentos Compulsórios & Restrições à Migração
- 26 - Mulher Migrante
- 27 - Nomadismos
- 28 - Meio Ambiente
- 29 - Albergue
- 30 - Clandestinidade
- 31 - Festas
- 32 - Memória

MIGRAÇÃO BRASILEIRA NO MERCOSUL

*Rogério Haesbaert**

*Marcelus Silveira***

Este trabalho diz respeito ao processo migratório de brasileiros para os demais países do Mercosul, processo antigo, mas que tem se revigorado nas duas últimas décadas, configurando migração diferenciada que envolve principalmente habitantes do Sul do País que se dirigem para os vizinhos do Prata em busca de terras para a agricultura. Ao contrário de outros migrantes que se dirigem predominantemente para as cidades - caso dos paraguaios na Argentina - os brasileiros estão, basicamente, expandindo a chamada fronteira agrícola do País e "exportando" os dilemas já vividos no Brasil. Daí, a recente preocupação revelada pela imprensa, especialmente no Uruguai e na Argentina, com a provável entrada dos sem-terras brasileiros em seus territórios.

Trata-se de uma dinâmica que tem profundas implicações econômicas, geopolíticas e culturais, além da questão ecológica, e não podemos menosprezar nenhuma destas dimensões. Assim, nos três vizinhos do Mercosul - Argentina, Uruguai e, mais intensamente, Paraguai -, a presença brasileira tem sido objeto de muita polêmica nas implicações para uma pretensa "soberania nacional" (questão geopolítica), seus efeitos na modernização da agricultura e na alteração do uso do solo (questão econômica), na devastação da cobertura vegetal original (questão ecológica) e na influência e transformação das identidades sociais (questão cultural). Nosso objetivo é mostrar a complexidade deste processo, analisando algumas de suas características básicas, a partir de dados estatísticos e de trabalhos de campo realizados nas áreas de migração brasileira daqueles três países.

RAÍZES HISTÓRICAS E PROBLEMATICA DA MIGRAÇÃO

Podemos afirmar que a migração brasileira para os vizinhos do Mercosul começa no final do século XIX e início do século XX, de maneira pontual, com descendentes de alemães fundando colônias no vale do médio rio Paraná, como colônias Hohenau (1898) e Obligado (1912), a nordeste de Encarnación, no Paraguai, e San Carlos (hoje Puerto Rico) e Montecarlo (1919), na província argentina de Misiones. Esta expansão colonial capitalista do Sul do País em direção ao Paraguai e Argentina irá se intensificar a partir dos anos 40 e 50, com a incorporação de terras para a produção de erva-mate. Assim, a companhia brasileira Mate Laranjeiras comprou uma área de 800 mil hectares no leste paraguaio (Kohlhepp, 1982).

Mudanças na divisão internacional do trabalho levaram ao declínio do consumo e produção de erva-mate e nos anos 50 aparece a cafeicultura, também com grandes empresas (e muitos trabalhadores) se estabelecendo em território paraguaio. A Argentina, com legislação mais restritiva à entrada de estrangeiros e clima inadequado para o cultivo do café, acabou até hoje mantendo sua produção de erva-mate, na província de Misiones, praticamente sem a entrada de empresários agrícolas brasileiros.

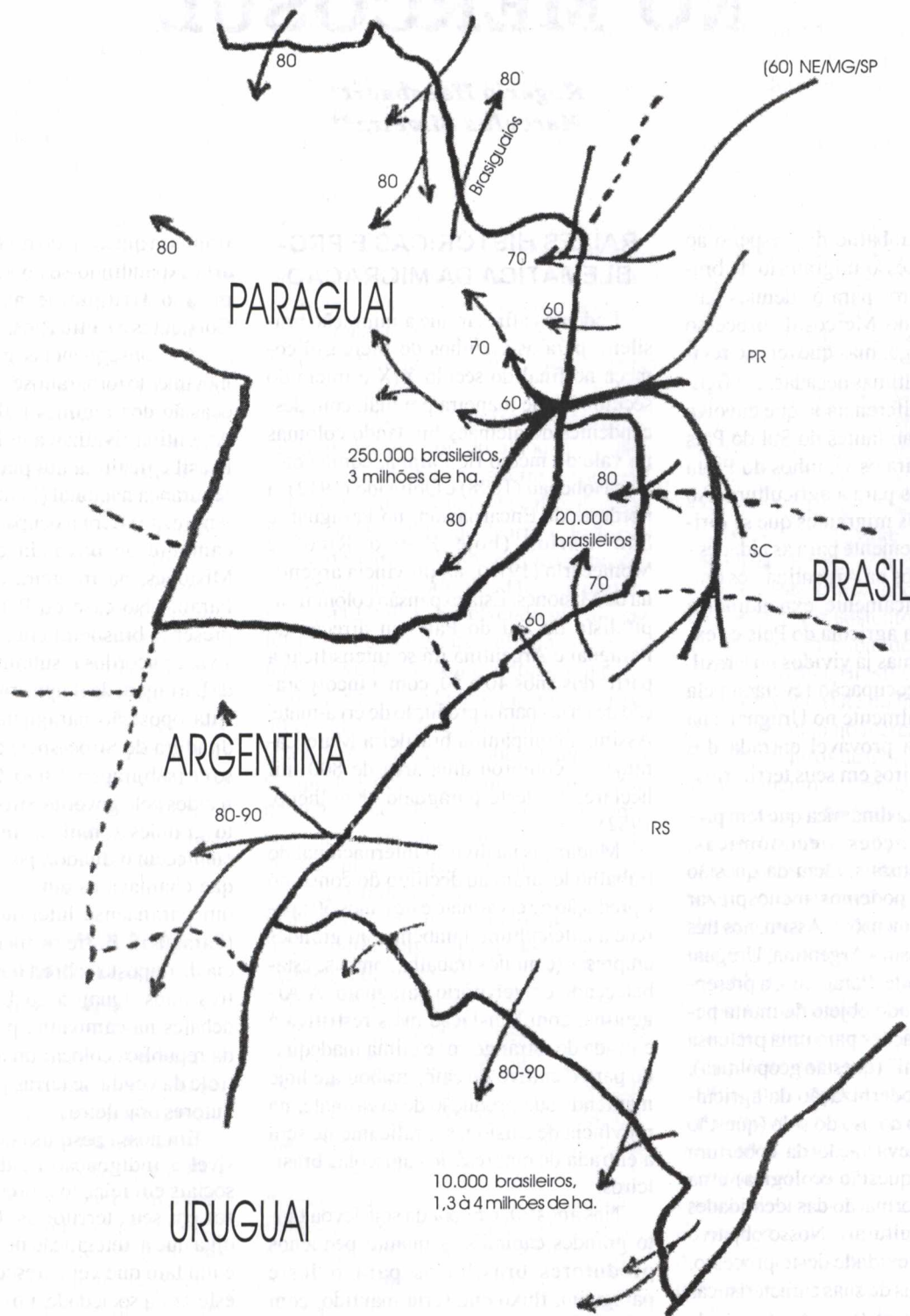
Nos anos 70, o *boom* da soja levou tantos grandes capitalistas quanto pequenos produtores brasileiros para o leste paraguaio, fluxo que seria mantido, com idas e vindas, até os anos 90. A migração para áreas rurais dos vizinhos do Mercosul se completa, na década de 1990, com a

fronteira agrícola do binômio arroz-pecuária expandindo-se do Rio Grande do Sul para o Uruguai e as províncias de Corrientes e Entre Ríos, na Argentina.

As consequências geopolíticas deste movimento tornaram-se mais evidentes por ocasião dos regimes militares, quando a Argentina rivalizava militarmente com o Brasil e instituiu um plano estratégico de segurança nacional (Plan de Colonización Andresito) para a ocupação da área praticamente despovoada das florestas de Misiones, na fronteira com o Estado do Paraná. No caso do Paraguai, em que a presença brasileira era muito mais ostensiva, os acordos resultantes da construção da barragem de Itaipu eram vistos pela restrita oposição paraguaia (sob o jugo da ditadura de Stroessner) como um processo de (sub)imperialismo. Os incentivos oferecidos pelo governo Stroessner eram muito grandes e muitos migrantes até hoje enaltecem o ditador, pois "era um alemão que chamava os outros", como nos disse um paranaense luterano em Santa Rita (Paraguai). Entre os incentivos, a ausência de imposto sobre a terra vigorou até há três anos. Quanto ao Uruguai, recentes debates na campanha para a presidência da república colocaram a questão do controle da venda de terras para grandes produtores brasileiros.

Em nossa pesquisa de campo ficou visível a indignação de diferentes classes sociais em relação à presença de brasileiros em seus territórios. Por mais que se diga que a integração no seio do Mercosul é um fato que vem crescendo em diversas esferas da sociedade, no caso da migração, que afeta diretamente o cotidiano das pessoas, esta integração é plena de contradições. Como em todo processo migratório

PRINCIPAIS FLUXOS DE BRASILEIROS NOS VIZINHOS DO MERCOSUL



Escala:
0 168Km

Obs: As datas (décadas) e os números são aproximados.

internacional, o migrante estrangeiro, mesmo aquele que traz mais contribuições positivas do que negativas para a transformação das áreas onde se instala, é tomado como uma espécie de bode expiatório. Trata-se, como veremos a seguir, de uma dinâmica muito complexa, variável segundo as classes sociais, a intensidade do fluxo, os países e o tipo de atividade aí envolvido.

A QUESTÃO DOS NÚMEROS E A DIVERSIDADE DOS ESPAÇOS DE MIGRAÇÃO

Uma das questões mais polêmicas no estudo da migração brasileira para os vizinhos do Mercosul é a do número de migrantes. As fontes são muito precárias e a contagem extremamente duvidosa. Basta comparar alguns dados disponíveis em cada país:

Paraguai - os números vão desde 108.526 (Censo Populacional de 1992) até 500.000 brasileiros (Sprandel, 1991); cálculos intermediários citam 250.000 (Folha de São Paulo, 18.8.1996), 325.000 (Veja, 3.4.1996, "Censo dos Brasileiros no Exterior" feito pelo Ministério das Relações Exteriores a partir de dados das embaixadas) e 350.000 (Wagner, 1995, que em outro ponto da mesma obra fala em 450.000 [p.107]). Como se presume que em torno de 50% dos migrantes são ilegais, com toda certeza os dados censitários são subestimados e seu número mais provável está em torno de 250.000 (vide mapa 1).

Argentina - a antropóloga Gabriela Schiavoni (entrevista, julho de 1997) estima que somente nos departamentos de Guarani e San Pedro (Misiones) vivam em torno de 5.000 brasileiros; a revista *Veja* (3.4.1996) fala em 16.000 brasileiros na Argentina; para o jornalista Carlos Wagner (1995) são 40.000, e o jornal *Folha de São Paulo* (7.9.1998) calcula em 100.000 o número de "brasileiros e descendentes de brasileiros" na província de Misiones, onde existiriam cerca de 5.000 famílias brasileiras em situação ilegal. A partir de discussões com pesquisadores locais, estimamos em 20.000 os brasileiros em Misiones.

Uruguai - a presença brasileira é mais importante na ocupação de vasta área de terra do que em relação ao número de

migrantes, calculado em 2.000 "produtores de arroz" pela *Folha de São Paulo* (18.8.1996) e em 15.000 pelo Ministério das Relações Exteriores (Veja, 3.4.1996). É importante, neste caso, como no do Paraguai (onde os brasileiros respondem por cerca de 70% da produção de soja), atentar para as estimativas de participação na produção agrícola, pois os brasileiros seriam responsáveis por metade da produção uruguaia de arroz e por pelo menos 400.000 toneladas de arroz na Argentina. Estimamos em mais de 10.000 os migrantes brasileiros no Uruguai.

Tanto quanto avaliar o número de migrantes é importante fazer considerações em relação à área em mãos de brasileiros. No Uruguai, embora menos expressivos em número, os brasileiros detêm um percentual de terras muito elevado. Segundo declarações da oposição uruguaia (Frente Amplia), em 1994 os brasileiros ocupavam um quarto das terras produtivas do país, em torno de 4 milhões de hectares. Dados oficiais do governo uruguaio indicam que 10% dos 13 milhões de hectares agricultáveis do Uruguai estão em mãos de brasileiros (Benetti, 1994).

No Paraguai a densidade de brasileiros e o número de propriedades continuam extremamente concentrados nos departamentos mais orientais, especialmente Alto Paraná e Canindeyú. Há nítida diferença entre o norte (Canindeyú), muito mais pobre, e o sul, onde estão os mais ricos plantadores de soja. Em Santa Rita, a sudoeste de Ciudad del Este, segundo o Prefeito Concepción Rodriguez, cerca de 80% da população é brasileira. A cidade é vista pela prefeitura como "o maior pólo de desenvolvimento" do Paraguai, contando com sete agências bancárias e cinco emissoras de rádio. Embora predominem migrantes do Sul do Brasil, em Canindeyú e Amambay encontram-se muitos matogrossenses, mineiros, paulistas e nordestinos. Mesmo em Santa Rosa, "capital da soja", colonizada basicamente por descendentes de alemães do planalto gaúcho, encontramos migrantes mineiros extremamente pobres, vindos do Vale do Jequitinhonha e moradores do bairro mais pobre da cidade, sugestivamente denominado Vila Guarani (sem guaranis).

Recentemente, nos anos 90, começou

novo fluxo, ainda pouco expressivo, mas que deve crescer, especialmente de grandes proprietários para a área do Chaco, na metade oeste do Paraguai (vide mapa 2), incluindo a fronteira com a Bolívia e Argentina. Fazendeiros de gado e soja do Mato Grosso do Sul e alguns que já estavam no leste do Paraguai estão se dirigindo para aquela região. Ocorre também migração de brasileiros pobres que trabalhavam para os colonos menonitas em Caaguazú, no centro-leste, para a colônia menonita de Filadélfia, no Chaco.

O CASO URUGUAIO

O Uruguai, com uma fronteira em grande parte "seca" com o Brasil, sempre teve grandes latifúndios pecuaristas em mãos de brasileiros, que muitas vezes faziam de suas propriedades simples extensão comum dos dois lados da fronteira. Mais recentemente, com a entrada da rizicultura na Campanha Gaúcha e com os preços da terra muito mais baixos no Uruguai, houve rápida expansão desses produtores de arroz para o interior uruguaio, processo semelhante àquele que ocorre nas províncias argentinas de Corrientes e Entre Ríos. Hoje, com a valorização da terra, a migração diminuiu, embora o menor custo de vida e a "tranquilidade" continuem sendo fatores de atração. Além disso, como no Paraguai, foi possível constatar que muitas terras foram compradas num processo de "lavagem do dinheiro sujo" obtido nos circuitos ilegais da economia, como o narcotráfico. Tivemos conhecimento de brasileiros que chegam com "dinheiro vivo" e a única coisa que pedem é para que ninguém fique sabendo do negócio no Brasil.

Além dos grandes produtores migram também, às vezes em condição de total ilegalidade, trabalhadores brasileiros, considerados até por alguns produtores uruguaio como "mais trabalhadores", por serem "descendentes de italianos e alemães" e estarem mais habituados a maior disciplina exigida pela agricultura em relação à pecuária. São raros os trabalhadores uruguaio nas lavouras de arroz: "uruguaio não trabalha, só com gado, que não é trabalho... bota um trabalhador para 1000 ha. de pecuária e já está bom. Brasileiro é muito mais trabalhador", disse-nos um

PRESENÇA DE MIGRANTES BRASILEIROS NO PARAGUAI



Escala:
0 168Km

LEGENDA:

- ● PRINCIPAIS CIDADES
- PRINCIPAIS RODOVIAS ASFALTADAS
- ÁREAS DE MIGRAÇÃO BRASILEIRA

agrônomo uruguaio de Melo. Por outro lado, numa visão preconceituosa, um arrendatário uruguaio afirmou que "basta ir a uma cidade do interior do Rio Grande do Sul que há uma 'negrada' esperando para arrumar emprego", "o Brasil tem aquela negrada toda que quer vir trabalhar".

Como o controle em vários pontos da fronteira é praticamente nulo, esses migrantes chegam sem nenhum amparo legal, proliferando hoje as questões trabalhistas envolvendo proprietários que muitas vezes deixam de pagar seus trabalhadores. Atualmente, há também migrantes que trabalham em alguns setores de serviços, desde a construção civil até serviços religiosos, notando-se, como no Paraguai, um aumento expressivo de igrejas pentecostais trazidas por brasileiros, como a Assembléia de Deus.

Outra influência brasileira no Uruguai, que tem longa data, mas que vem se intensificando, são as alterações do espanhol, "carimbado" pelo português, que é a expressão local para este "portuñol" fronteiriço. Visitamos uma vila no interior do departamento de Tacuarembó em que a maioria dos habitantes era brasileira e a televisão exibia programas da Rede Globo.

Um senhor, idoso, com quem viajamos, reclamou indignado que os brasileiros ricos mantêm suas propriedades principais no Brasil, mas estão invadindo o país, comprando as melhores terras (enumerou algumas estâncias famosas), "uma barbaridade", e se pergunta se vai acontecer ali o mesmo que aconteceu em Jaguarão, onde o Brasil conquistou uma parte da Lagoa Mirim no início do século.

O CASO ARGENTINO

Na Argentina temos duas áreas rurais históricas e geograficamente distintas em termos de migração brasileira. Uma, mais antiga (com fluxo importante desde os anos 60), a nordeste, na província de Misiones, envolve a expansão da fronteira agrícola brasileira de pequenos agricultores expulsos pela intensa divisão e/ou concentração da terra no Sul do país; outra, mais recente (a partir do final dos anos 80, principalmente), relaciona-se à expansão capitalista de grande produtores de arroz para terras mais baratas e de qualidade superior,

em províncias como Corrientes e Entre Ríos.

No primeiro caso, o número de brasileiros é muito maior, mas no segundo a área ocupada é muito mais expressiva. Nas florestas de Misiones, em busca de terra barata e mais fértil (ainda por desmatar), os pequenos produtores do Rio Grande do Sul se estabeleceram em colônias como a Alicia e a Aurora, junto ao rio Uruguai, expandindo-se depois em direção ao interior em localidades hoje mais dinâmicas, como San Vicente e San Pedro. A atividade agrícola predominante, inicialmente, foi o fumo e as essências (menta, citronela), intercaladas pela soja, durante os anos 70. Hoje a economia agrícola é um pouco mais diversificada, e há brasileiros que conseguiram alguma ascensão social e estão investindo em setores como o de restaurantes e hotelaria. Há também alguns profissionais liberais e muitos trabalhadores no setor madeireiro. Um dos atrativos é o salário mínimo, mais do que o dobro do brasileiro. As privatizações e o desemprego, contudo, também têm afetado muito a situação social na província de Misiones.

Aqui, tal como no Paraguai, muitos brasileiros vivem ilegalmente e são "arregimentados" por políticos nos períodos de eleições para votarem no Brasil. Para muitas famílias ilegais (que entraram pelo "porto capivara", como dizem os argentinos), precariamente instaladas e escondidas "no meio do mato", é o único momento em que percebem que são "úteis" e que têm interesse para o Estado. Ou seja, só valem como um número representado pelo voto em época de eleição.

No caso da migração brasileira para o Pampa úmido de Corrientes e Entre Ríos, com alguns brasileiros passando também para a outra margem do rio Paraná, em Formosa, trata-se de grandes empresários em busca de terras baratas para o binômio pecuária-arroz, sendo que alguns começam a ingressar também no setor madeireiro, com o cultivo principalmente de eucaliptos em áreas de campo.

Os vínculos destes brasileiros, especialmente os de Misiones, com o território brasileiro, são muito evidentes, dando origem a conexões entre os dois lados da fronteira que podemos denominar de redes transfronteiriças. Foi possível identificar

algumas destas redes:

- economicamente, muitos brasileiros mantêm sua nacionalidade para fazer uso de benefícios no Brasil, como financiamentos do Banco do Brasil e aposentadoria rural; alguns agricultores beneficiam o fumo no Brasil.

- no setor de serviços são muito utilizados os do Brasil pois, além da identificação dos usuários, as cidades mais importantes ao longo da fronteira quase sempre estão do lado brasileiro; há um intenso comércio ilegal feito por brasileiros na Argentina, e que liga, por exemplo, a "zona franca" de Encarnación com cidades do norte do Rio Grande do Sul.

- culturalmente, muitos laços de parentesco são mantidos, e colônias como Aurora e Alicia, ao longo do rio Uruguai, são praticamente extensão do território brasileiro em termos culturais (utilizam a língua portuguesa, torcem "pelo Inter ou pelo Grêmio", ouvem músicas gaúchas, assistem programas de televisão brasileiros).

Independente dos processos migratórios é interessante lembrar também as iniciativas de integração via Mercosul ou estimuladas por ele, que começam a estruturar algumas redes transfronteiriças em um nível mais amplo, como as reuniões de prefeitos do Sul do Brasil, de algumas províncias argentinas e do Paraguai, o "primeiro roteiro turístico do Mercosul" integrando as missões do Rio Grande do Sul, Misiones e sul do Paraguai, e acordos entre universidades gaúchas, catarinenses e argentinas.

O CASO PARAGUAIO

O caso paraguaio é o mais destacado, onde a migração se dá há muito mais tempo e com muito maior intensidade, envolvendo número muito maior de migrantes pobres. Como era uma área de matas e os brasileiros foram responsáveis pela sua devastação, "expulsando" muitos descendentes de guaranis para o centro-leste do país ou para a periferia pobre de cidades como Ciudad del Este (hoje numa conurbação de mais de 250 mil habitantes), formaram-se quase "territórios brasileiros" dentro do Paraguai, onde já há inclusive prefeito brasileiro (em San Alberto). Entre as características "brasileiras" mantidas pelos migrantes dentro do

território paraguaio podemos destacar:

- o uso do real e, em muitos lugares, os preços "abrasileirados";

- a obtenção de financiamentos via Banco do Brasil (para muitos no próprio Brasil, já que mantêm a nacionalidade brasileira);

- a utilização da língua portuguesa como primeiro idioma de comunicação, incluindo vários programas de rádio em português;

- a manutenção do título eleitoral no Brasil, não se vinculando, por vários motivos, à cidadania paraguaia;

- presença expressiva de padres, médicos e outros profissionais liberais brasileiros;

- criação de Centros de Tradições Gaúchas em pelo menos duas cidades.

Estas e outras características permitem afirmar que existem várias redes mantidas entre os migrantes e o Brasil, entre elas o intenso comércio, a obtenção de financiamentos junto a bancos no Brasil, a utilização de serviços no Brasil (hospitais em Foz do Iguaçu e Guaira), os laços culturais (o CTG de Santa Rita, por exemplo, está vinculado à Região Tradicionalista de Guarapuava, no Paraná, a influência das emissoras de rádio e televisão brasileiras é enorme) e até mesmo, como vimos, os vínculos político-eleitorais, com vereadores de algumas cidades brasileiras se elegendo graças aos votos dos brasileiros no Paraguai e na Argentina.

Entre alguns exemplos de iniciativas para exercer maior controle ou para se contrapor à presença brasileira no Paraguai, ainda que muito variáveis em termos da intensidade e do período em que ocorrem, temos a criação de vários entraves burocráticos (a nova lei de imigração de 1996 exige atestado de boa conduta) e em termos de taxas (às vezes cobradas várias vezes) para a legalização dos migrantes; a cobrança de "pedágios" (ilegais) nas estradas pela polícia para brasileiros sem documentos; algumas prisões arbitrárias para sem documentos ou menores; restrições à elegibilidade de brasileiros para cargos públicos e obrigatoriedade do espanhol e do guarani em todas as escolas de ensino básico. Segundo o prefeito de Santa Rita, "a la gente muy pobre no les gusta que los brasileños estean en la polí-

tica". Apesar de cerca de 80% da população do município ser brasileira, somente 4 dos 12 "consejales" (vereadores) são brasileiros.

Um dos traços dos brasileiros mais criticados tanto por argentinos quanto por paraguaios é o cuidado com a terra, a questão ecológica. Segundo os prefeitos de Santa Rita e Santa Rosa, que entrevistamos, os paraguaios têm maior consciência ecológica. Para o prefeito de Santa Rosa os brasileiros devastaram em dez anos o que não se devastou em toda a história da região. Não há respeito pelos 20% de preservação da mata que a lei exige e há séria contaminação da água dos rios, principalmente por agrotóxicos utilizados na agricultura. Na Argentina, que ainda tem uma área muito grande de matas nativas em Misiones, os colonos brasileiros frequentemente são acusados de contrabandear madeira para o Brasil. Em vários pontos da fronteira e observando-se imagens de satélite é gritante o contraste entre o lado argentino, ainda coberto de mata, e o lado brasileiro, completamente desmatado.

É interessante ressaltar que estes fluxos migratórios no interior do Mercosul são muito dinâmicos. Alguns, atrelados a fatores instáveis capazes de alterar em pouco tempo a margem de lucro dos capitalistas ou aumentando o desemprego, ora estancam, ora são retomados com novo ímpeto. Muitos são também os migrantes que fazem destas áreas simples etapas ou escalas dentro de um circuito muito mais amplo em busca de ascensão social que acaba nunca se realizando.

Muitas cidades do Paraná, inclusive a periferia de Curitiba, têm recebido "brasiguaios" que retornam esperando algum apoio, especialmente do Estado. Em favelas de Foz do Iguaçu conhecemos famílias que foram expulsas por grandes proprietários brasileiros no Paraguai. Em trajetos bem diferentes, tomamos conhecimento de famílias gaúchas que vieram de Barreiras, na Bahia, para o Paraguai, e acabaram voltando para o Brasil, famílias catarinenses que vieram do Mato Grosso para o Uruguai e famílias paranaenses provenientes de Santa Cruz de la Sierra, na Bolívia, para o Chaco paraguaio. São trajetos às vezes tão inusitados que surpreendem, revelando o grau da mobilidade geo-

gráfica (raramente social) alcançada por estes migrantes muito além das fronteiras do Sul do Brasil e dos vizinhos do Mercosul.

A intensidade, as contradições e a complexidade deste processo migratório, envolvendo tantas classes sociais, identidades culturais, interesses econômicos e geopolíticos, levam-nos à questão da relevância e mesmo da urgência em se discutir uma legislação migratória comum, muito mais solidária e democrática no interior do Mercosul.

*Rogério Haesbaert é Prof. de Geografia da UFF-Niterói(RJ) e Pesquisador do CNPq.

**Marcelus Silveira é Prof. de Geografia e foi bolsista do PIBIC/CNPq neste projeto. Também participam da pesquisa os bolsistas Marcelo Santa Bárbara e Luiza da Costa Leite.

(Os pesquisadores agradecem o apoio da Pastoral do Migrante da Igreja Católica durante o trabalho de campo no Paraguai).

BIBLIOGRAFIA

BENETTI, M.

(1994) "Argentina e Uruguai: a nova fronteira agrícola sul-riograndense". *Indicadores Econômicos FEE*. Porto Alegre, n. 22, vol. 2, pp. 217-235.

KOHLHEPP, G.

(1982) Problems of dependent regional development in Eastern Paraguay with special reference to brazilian influence in the pioneer zone of the Amambay plateau. *Applied Geography and Development*, n. 22, Tübingen.

OVIEDO, A. e GORTARI, J.

(1997) Misiones en el intercambio económico regional y en el contexto del Mercosur. *Estudios Regionales* 10.

Paraguai. *Censo Nacional de Población y Viviendas*.

Año 1992. Dirección Nacional de Estadísticas y Censos, Assunção, 1994.

Paraguai. *Colonias privadas habilitadas*.

Instituto del Bienestar Rural, Unidad de Estadística. Assunção, 1996.

SCHIAVONI, G.

(1995) *Colonos y ocupantes: parentesco, reciprocidad y diferenciación social en la frontera agraria de Misiones*. Posadas, Editorial Universitaria (UNAM).

SPRANDEL, M.

(1991) *Brasiguaios: conflito e identidade em fronteiras internacionais*. Dissertação de mestrado. Rio de Janeiro, Museu Nacional, UFRJ.

WAGNER, C.

(1995) *O Brasil de bombachas*. Porto Alegre, L&PM.

Jornais:

Folha de São Paulo (São Paulo, 18/8/1996, pp. 2-1, 2-14 e 2-15 e 7/9/1998, pp.1-5); *Jornal do Brasil* (Rio de Janeiro, 21/8/1994, p.16); vários números de *Mate Amargo* (Montevideo), *ABC Color* (Assunção) e *El Territorio* (Posadas).

Revista *Veja*, 3/4/1996.

ENTRE AS LEIS E AS REALIDADES LOCALIZADAS

As Tentativas de Construção de um Mercado Comum Solidário

*Marcia Sprandel**

*“Este Mercado Comum implica:
A livre circulação de bens, serviços
e fatores produtivos entre os países (...)”¹*

O presente artigo é uma tentativa de diagnosticar, sete anos depois da assinatura do Tratado de Assunção, de que forma vem se desdobrando a “livre circulação de forças produtivas”, ou seja, de trabalhadores (formais ou informais) e de suas famílias, pelas fronteiras do Mercosul. Ao fazê-lo, identifica como diferentes instâncias da sociedade civil, principalmente as centrais sindicais e as organizações não-governamentais, se inserem neste processo, de forma a influenciá-lo. Num segundo momento, o artigo faz breves referências aos registros de deslocamentos populacionais entre as fronteiras dos países membros. Finalmente, resguardadas as especificidades regionais, analisa tais deslocamentos como parte da crescente e problemática movimentação de homens, mulheres e crianças trabalhadores pelas fronteiras do planeta.

OS TRABALHADORES E O MERCOSUL: UM EXERCÍCIO CONSTANTE POR ESPAÇO POLÍTICO E LEGITIMAÇÃO INSTITUCIONAL

Dias antes da assinatura do Tratado de Assunção, organismos sindicais e organizações não governamentais de Argentina, Brasil, Paraguai e Uruguai reuniram-se no município de Santo Cristo (RS), durante a realização do “Encontro Fronteiriço de

Organizações Rurais”². Ficava claro, desde então, a grande preocupação dos trabalhadores dos quatro países com os rumos da integração e com a inexistência de canais formais para a sua representação no âmbito do Mercosul.

A formalização do mercado comum veio comprovar que as preocupações iniciais do movimento sindical tinham fundamento. Na primeira reunião do Grupo Mercado Comum³, no Rio de Janeiro, em abril de 1991, quando se traçou sua sistemática de trabalho, através de dez subgrupos temáticos (assuntos comerciais, assuntos aduaneiros, normas técnicas, políticas fiscal e monetária relacionadas com comércio, transporte terrestre, transporte marítimo, política industrial e tecnológica, política agrícola, política energética e ordenação de políticas macroeconômicas) verificou-se que nenhum deles tratava de questões relativas ao mundo do trabalho.

Isto levou a uma sequência de encontros intersindicais, sem precedentes na história da região⁴. Houve uma tendência inicial que foi a de rejeitar o processo de integração por seu caráter autoritário e marcadamente comercial. Sob a bandeira da redução de custos para enfrentar a guerra de preços, a CUT preconizava então que a integração propiciaria o sucateamento das pequenas e médias empresas - que respondem por 70% dos empregos no país, além de ameaçar conquistas históricas dos trabalhadores. No desenrolar dos encon-

tos e mobilizações, no entanto, as centrais sindicais acabaram decidindo-se por uma participação ativa na construção do mercado comum.

Por sua pressão e dos Ministérios do Trabalho dos países-membros, na quinta reunião do Grupo Mercado Comum (Buenos Aires, abril de 1992), foi criado o Subgrupo 11⁵, de “relações trabalhistas, emprego e seguridade social”, com a representação de empregadores e trabalhadores e a tarefa de analisar a legislação e os custos trabalhistas nos quatro países. É bom lembrar que os quatro países que compõem o bloco possuem legislações muito diferentes, a saber: o Brasil tem uma lei geral - a Consolidação das leis do Trabalho (CLT) - e leis esparsas para questões como o 13º salário e o FGTS. A Argentina tem apenas três leis básicas: uma sindical, outra para contratos individuais de trabalho e uma terceira, mais recente, para o fomento ao emprego. O Paraguai tem um código unificado e vastas previsões constitucionais. O Uruguai não tem código trabalhista e convive com poucos dispositivos constitucionais.

Facilitou o entrosamento das entidades representativas dos trabalhadores o fato de já existir uma organização sindical que congrega as centrais dos países membros, do Chile e da Bolívia. Trata-se da Coordenadora de Centrales Sindicales del Cono Sur (CCSCS), fundada em 1986, donde foi criada uma Comissão Sindical

do Mercosul, formada pelas seguintes centrais sindicais: Confederación General del Trabajo (CGT), da Argentina; Central Única dos Trabalhadores (CUT), Confederação Geral dos Trabalhadores (CGT) e Força Sincial, do Brasil; Central Unitaria de Trabajadores (CUT), do Paraguai; Plenario Intersindical de Trabajadores-Convención Nacional de Trabajadores (PIT-CNT), do Uruguai; Central Obrera Boliviana (COB); e Central Unitaria de Trabajadores (CUT), do Chile.

O Subgrupo 11 teve desde o início um papel marginal na discussão sobre os rumos da integração. As centrais sindicais, no entanto, não ficaram restritas ao mesmo em sua ação política. Conforme Padrón⁶, de maior eficácia tem sido as mobilizações que estas realizam paralelamente às reuniões do Mercosul que contam com a presença dos presidentes dos países membros (as chamadas "Cumbres" ou "Cúpulas" oficiais), ocasião em que entregam documentos reivindicatórios.

A primeira das chamadas "cartas aos presidentes", de 1993, definia qual o processo de integração defendido pelas centrais e reivindicava uma maior participação institucional no mesmo. A segunda carta, de 1994, tratava especificamente do projeto dos trabalhadores para uma **Carta Social ou Carta dos Direitos Fundamentais**.

Esta segunda carta foi o início de uma das maiores lutas políticas das centrais sindicais, que perdura irresoluta até hoje. Da sua redação participaram, durante mais de um ano de trabalho, todas as centrais sindicais, com o apoio da Organização Internacional do Trabalho (OIT). A Carta Social defendida pelos trabalhadores é considerada "una herramienta de trabajo para construir - de alguna manera - lo que se ha dado llamar el piso mínimo de derechos en la región" (Padrón, 1996).

Nela as centrais sindicais exigem que os Estados-partes reconheçam a todos os trabalhadores e a todas as pessoas da região do Mercado Comum do Sul os direitos sociais enunciados, sem prejuízo de outros que a prática nacional ou internacional dos países membros tenha instaurado ou venha a instaurar, e dos que são inerentes à pessoa humana ou derivem do princípio de justiça social. Conforme destaca

Roque⁷, a Carta não fica restrita à pauta de reivindicações trabalhistas, daí seu caráter propício ao diálogo entre o setor sindical e outras instâncias da sociedade civil.

Durante a reunião de Ouro Preto, em dezembro de 1994, foi entregue aos presidentes uma terceira carta, na qual foi proposta a criação de um **Fórum Econômico-Social**, que fosse um âmbito institucional de representação do setor privado. Sabia-se que o ano de 1994 marcaria o fim do período de transição e o estabelecimento formal do Mercosul, momento certo para se rever o conteúdo do Tratado de Assunção. As centrais sindicais defendiam, pois, que a nova etapa da formalização do mercado comum, a se iniciar naquela data, deveria contar com mecanismos mais democráticos, que ampliassem a participação institucional da sociedade civil no Mercosul, restrita apenas a uma atuação tecno-burocrática nos subgrupos de trabalho. A "Comissão Ad Hoc de Aspectos Institucionais" acolheu a proposta sindical, referendando-a no Protocolo de Ouro Preto⁸. Nesta ocasião, foi também criada a Comissão de Comércio, com grandes poderes dentro da estrutura institucional do mercado comum.

Chama a atenção o fato das relações trabalhistas não terem sido objeto de nenhuma decisão nesta reunião, sob a justificativa de que de 1996 até o ano 2000 não haverá ainda a livre circulação de mão-de-obra. Em documento posterior ao encontro de Ouro Preto, a CUT denunciava:

"Os governos desconhecaram totalmente os aspectos sociais e políticos que o atual estágio do processo de integração envolve, negando uma realidade já constatada: a regionalização do mercado de trabalho no Mercosul. (...) Assim como fizeram no âmbito das políticas produtivas, os governos deixarão que a livre competição regule o funcionamento do mercado de trabalho e as relações trabalhistas, recusando-se a admitir o aumento da interdependência comercial, da ação empresarial, do traslado de empresas entre os quatro países e da articulação da produção que vem sendo promovida principalmente pelas empresas multinacionais".

Neste contexto desfavorável, o Fórum Consultivo Econômico-Social do Mercosul passou a ser o grande espaço

político para os trabalhadores e para a sociedade civil como um todo. Após a instalação das seções nacionais¹⁰, o Fórum foi fundado em abril de 1996, em Montevideu, com a participação de empresários, trabalhadores e associações de defesa de consumidores.

A luta agora parece ser a de fortalecimento de seu papel político. O Fórum, como organismo consultivo, tem caráter limitado, mas pode crescer de importância se for representativo dos principais setores sociais do mercado comum. A expectativa é a de que o FCES "poderá se transformar num instrumento de repercussão da sociedade e de pressão política para que o Mercosul realmente promova um desenvolvimento sustentado com justiça social"¹¹.

O MERCOSUL ATRAVÉS DE SUA MAIS DURA FACE: AS LINHAS FRONTEIRIÇAS

Enquanto as reuniões oficiais se sucedem, a situação das populações que residem ou transitam pelas fronteiras do Mercosul vem sendo quotidianamente alterada. Uma das primeiras medidas adotadas pelo Subgrupo 11 foi a instalação de novos postos de controle, afetando, por exemplo, o comércio chamado "formiga", secular naquelas regiões¹².

Já tive ocasião de mostrar, em outros artigos, que há registros de conflitos em todas as fronteiras do Brasil com os países do Mercosul: conflitos de terra; conflitos étnicos; conflitos trabalhistas; exploração de mão-de-obra assalariada em projetos agropecuários, madeireiras, comércio e construção civil; exploração do trabalho infantil; prostituição de crianças e adolescentes; contrabando; tráfico de drogas; e até suspeitas de ação de grupos terroristas internacionais.

Grande parte da circulação fronteiriça é conformada por famílias camponesas em busca de terras para compra, arrendamento ou posse; trabalho como peões em madeireiras e estabelecimentos agropecuários. Desde a década de 70, cálculos de entidades confessionais, ONGs e da imprensa em geral, estimam em 400 mil o número de brasileiros no Paraguai¹³.

Não há estimativas sobre o número de brasileiros no Uruguai. Sabe-se que os gran-

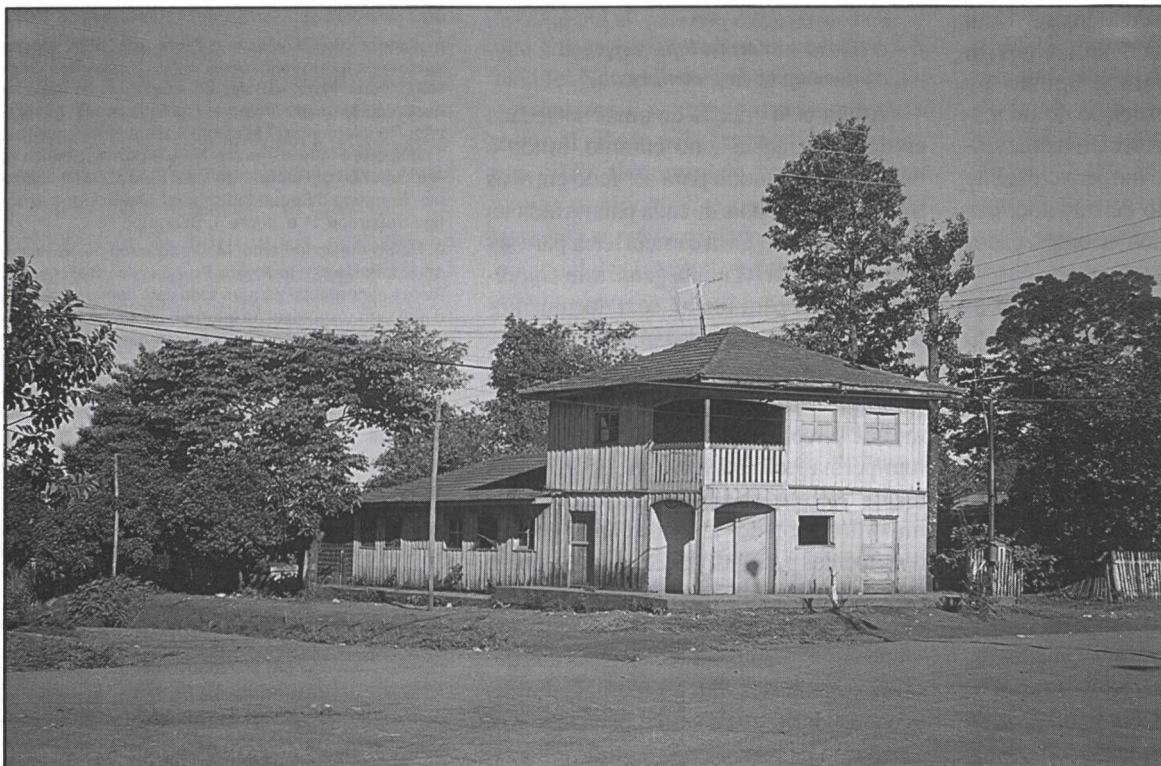


Foto: Marcelus Silveira

Casa de imigrantes brasileiros no Paraguai

des e médios cultivadores de arroz já são donos de mais de 10% do território do país, que com eles chegaram os arrendatários e centenas de peões não regularizados, e que centenas de cortadores de cana brasileiros disputam o mercado com uruguaios, em Bella Unión.

Na Argentina, seriam em torno de 20 mil, notadamente agricultores que abriram suas posses na província de Misiones, ou que trabalham como safristas em grandes propriedades nesta província e na de Corrientes, muitas vezes para arroteiros brasileiros¹⁴.

Quanto à Bolívia, além dos já citados seringueiros, tem-se que centenas de brasileiros, apoiados por políticas de incentivos fiscais daquele país, compraram terras para produzir soja, na região de Santa Cruz de la Sierra, num tipo de ocupação caracterizado pela média e grande propriedade fundiária. Neste país estão também milhares de estudantes brasileiros, que ali procuram especialmente as escolas de medicina, uma vez que estas não exigem a prestação de exame vestibular.

A imprensa tem divulgado o crescimento da xenofobia no chamado Cone Sul. Trabalhadores paraguaios e bolivianos são espancados, expulsos e marginalizados na

Argentina; cidadãos argentinos são hostilizados no Paraguai; crianças uruguaias filhas de ilegais são expulsas de escolas paulistas; pequenos proprietários brasileiros são expulsos de suas terras no Paraguai; brasileiros são discriminados no prédio onde funciona o consulado do Brasil em Buenos Aires; operários da construção civil brasileiros são denunciados por achatar os salários de uruguaios; cortadores de cana brasileiros são denunciados pelo mesmo motivo.

Estas são as fronteiras nas quais o governo insiste em declarar que não há circulação significativa de mão-de-obra!

Todos estes fatos põem por terra a visão ideal e globalizadora de "Cidadãos do Mercosul" divulgada pelos aparelhos de poder. A conquista da cidadania nas fronteiras do Cone Sul não prescindirá tão cedo de lutas localizadas, onde identidades étnicas e nacionais podem ser acionadas a cada momento, na demanda por documentos, terra, empregos ou condições dignas de moradia.

O ENCOLHIMENTO DO MUNDO NÃO É PARA TODOS: OS LIMITES DOS MACRO-MERCADOS

Faz parte das teorias relativas à contemporaneidade a idéia de que estaria havendo um "encolhimento do mundo", através de uma compressão do tempo-espaço que se dá em função do desenvolvimento dos sistemas de comunicação, transporte e informação¹⁵. Nunca, como hoje, o capital, as mercadorias, as imagens, os sons, circularam com tanta rapidez por sobre as fronteiras do planeta.

Mas há uma mercadoria para a qual o mundo parece ter aumentado, se tornado mais extenso, mais árido: trata-se da força

de trabalho dos "imigrantes" de um mundo supostamente globalizado. O Banco Mundial estima que 3% da população mundial (cerca de 170 milhões de pessoas), vivem longe do país de origem, vivendo dificuldades extremas por conta da xenofobia e das legislações restritivas à imigração que proliferam principalmente nos países do chamado "Primeiro Mundo".

O governo brasileiro tem se inserido neste processo restritivo assinando acordos internacionais que restringem cada vez mais o fluxo de pessoas entre as fronteiras dos países mais ricos e daqueles mais pobres. Um exemplo desta atitude é a pressão que vem sendo feita na Comissão de Relações Exteriores do Senado Federal para que seja aprovado o Acordo de Parceria e de Cooperação em Matéria de Segurança Pública, celebrado entre Brasil e França. Pelo acordo, os dois países comprometem-se a prestar assistência mútua nas áreas de crime transnacional organizado, de tráfico de entorpecentes, de imigração irregular e de terrorismo. Percebam, entre o narcotráfico e o terrorismo, uma referência nada gratuita à imigração ilegal.

Vimos, na primeira parte deste artigo, a luta das centrais sindicais para ocupar um

espaço político no âmbito do Mercosul. Com todas as dificuldades, esta mobilização tem mostrado certa eficácia e aposta na inevitabilidade da conformação do mercado comum. Porém, a representatividade sindical é pequena diante do número crescente de excluídos do mercado de trabalho, dos expulsos de suas terras, dos subempregados e dos indocumentados.

Estes são os que sempre cruzaram as fronteiras e que continuam a cruzá-las. O Mercosul não tem facilitado em nada suas movimentações, a não ser quando estas interessam aos poderes locais exploradores de mão-de-obra irregular.

Não é a toa que o governo brasileiro reativou o controle do fluxo de brasileiros nas fronteiras através do Promasp, um ambicioso programa que visa modernizar, agilizar e aprimorar a segurança e a fiscalização nas fronteiras externas brasileiras, aéreas, marítimas e terrestres.

Quando os trabalhadores se organizam em regiões fronteiriças, a reação é imediata. Em agosto de 1997, autoridades uruguaias demonstraram sua preocupação com a aproximação do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST) ao seu território, temendo que pudessem influenciar os insatisfeitos trabalhadores uruguaios, que formam uma legião de 12% de desempregados. Pelas dúvidas, mobilizou tropas do exército na fronteira com o Rio Grande do Sul. Um ano depois, era o governo argentino que se inquietava com um acampamento de sem terra nas proximidades das províncias de Misiones e Corrientes, em território brasileiro.

Os trabalhadores sem terra, assim como os informais e os não sindicalizados não encontram espaço político no Mercosul. Uma tentativa de ao menos chamar a atenção para sua condição partiu das organizações não-governamentais. Roque¹⁶, entre outros, defende um Mercosul que represente a articulação entre as sociedades civis dos quatro países:

"Apesar dos progressos feitos pela articulação sindical, em particular no Brasil, ainda são poucas as iniciativas que reúnam um leque mais diversificado de setores e interesses da sociedade (...). Afinal de contas a integração regional somente valerá de fato a pena se servir à promoção de direitos culturais, políticos e econômicos à totalidade das nossas sociedades, rompen-

do com a lógica perversa de produção da exclusão e apartheid que perpassa a lógica dominante da globalização".

A luta pela criação de uma "sociedade civil no Mercosul", no entanto, ainda é incipiente. Há muito para ser feito entre as fronteiras nacionais de cada país. Ainda há muita gente sem terra e muita terra para ser dividida. Ainda há muita gente sem emprego, sem casa para morar, sem documentos para comprovar sua cidadania.

Conforme exposto em outras ocasiões, neste ir e vir de trabalhadores pelas fronteiras do Mercosul, não importa tanto se querem permanecer ou voltar, de acordo com lógicas próprias do mundo camponês. O que importa é que todos têm o direito de possuir documentos pessoais, direito a um emprego com salário digno e direito à terra. Só assim teremos um Mercosul diverso do que está sendo construído pelos tecnocratas dos governos signatários. Um Mercosul democrático e solidário, onde - finalmente - a livre circulação de pessoas não significará mais aliciamento ou ilegalidade.

* *Marcia Sprandel é historiadora e antropóloga, doutoranda do PPGAS/UnB.*

NOTAS

1. Artigo I, Capítulo I, do Tratado para a Constituição de um Mercado Comum entre a República Argentina, a República Federativa do Brasil, a República do Paraguai e a República do Uruguai, também conhecido como "Tratado de Assunção", assinado nesta cidade em 26 de março de 1991.

2. Participaram do evento: o Departamento Nacional dos Trabalhadores Rurais da CUT, a Comissão Regional dos Atingidos pelas Barragens do Rio Uruguai (CRAB), pelo Brasil; o Movimiento Agrario de Misiones (MAM), a Asociación de Pequeños Productores del Chaco e a Asociación Correntina de Desarrollo Comunitario, pela Argentina; a Coordinación Regional de Agricultores de Itapúa, a Asociación Independiente de Pequeños Agricultores de Itapúa e a Unión Nacional Campesina, pelo Paraguai.

3. O Grupo Mercado Comum é composto por representantes dos Ministérios das Relações Exteriores, Ministérios de Economia ou seus equivalentes e Bancos Centrais dos Estados membros, e tem a competência de velar pelo cumprimento do Tratado, fazer cumprir as decisões do Conselho Mercado Comum (formado pelos Ministros de Relações Exteriores e de Economia), propor medidas referentes à aplicação do Programa de Liberação Comercial e à coordenação das políticas econômicas, bem como à negociação de acordos com terceiros e elaborar programas de trabalho destinados a assegurar avanços no estabelecimento do Mercado Comum.

4. Segundo Congresso sobre o Mercosul e Estratégia Sindical, (Uruguai, agosto de 1991); I Encontro Regional sobre a Integração e a Pequena Produção (Descanso/SC, agosto de 1991); Os Trabalhadores e o Mercosul (Porto Alegre, dezembro de 1991), Seminário: "Mercosul ou a integração dos povos?" (Porto Alegre, dezembro de 1991); "Mercosul y su impacto en el

área rural del Cono Sur" (Asunción, fevereiro de 1992).

5. Após a reunião de Ouro Preto, em 1994, alguns subgrupos foram ratificados, outros dissolvidos e novos criados. Hoje, são dez os subgrupos de trabalho do Grupo Mercado Comum: Comunicações; Mineração; Regulamentos Técnicos; Assuntos Financeiros; Transporte e Infra-estrutura; Meio Ambiente; Indústria; Agricultura; Política Energética e Relações Trabalhistas, Emprego e Seguridade social. Desta forma, o antigo Subgrupo 11 é, agora, o Subgrupo 10.

6. Refiro-me ao trabalho "Modernización de las relaciones laborales", de Alvaro Padrón, de 1996, que foi fonte importantíssima para todo este item do trabalho, e que está disponível na Internet, no seguinte endereço: <http://www.mercosur.org.br/informes/padron.html>

7. Atila P. Roque, "A agenda social e o Mercosul: uma perspectiva brasileira", disponível na Internet, no seguinte endereço: <http://www.mercosur.org.br/informes/atila.html>

8. Conforme Seção V, artigos 28 a 30 do Protocolo de Ouro Preto, que estabelecem o Fórum Consultivo Econômico-Social como órgão de representação dos setores econômicos e sociais, com função consultiva, que se manifestará mediante recomendações do Grupo Mercado Comum, que deverá igualmente homologar seu Regulamento Interno.

9. Conforme documento "A ação da CUT frente ao Mercosul", disponível na Internet no seguinte endereço: <http://www.cut.org.br/a20301.htm>

10. No Uruguai, o Fórum conta com a participação do Plenário Intersindical de Trabajadores-Convención Nacional de Trabajadores (PIT-CNT) e do Consejo Superior Empresarial, que agrupa a Cámara de Industrias del Uruguay, a Federación Rural, a Cámara Nacional de Comercio, a Cámara Mercantil de Productos del País, a Asociación Rural del Uruguay, a Federación Rural, a Cámara de la Construcción e a Asociación de Bancos. Mais recentemente, passaram a participar as cooperativas, as associações de defesa dos consumidores, os ambientalistas e profissionais liberais. Na Argentina o Fórum foi instalado com a participação dos trabalhadores (CGT), empresários (Unión Industrial Argentina, Sociedad Rural Argentina, Cámara Argentina de Comercio) e da organização de defesa dos consumidores (ADELCO). No Brasil, participam da Seção Nacional do Fórum Consultivo a CUT, a Confederação Nacional do Comércio, a Confederação Nacional da Indústria (CNI), a Confederação Nacional dos Transportes (CNT), a Força Sindical e o Instituto Brasileiro de Defesa do Consumidor (IDEC). No Paraguai, participam da Sección Nacional as organizações empresariais (SNA, FEPRINCO, Centro de Importadores, Cámara de Bolsa y de Comercio, Asociación Rural del Paraguay) e sindicais (CNT, CPT, CUT) e associações de consumidores.

11. Cf. CUT, idem.

12. Sobre as fronteiras internacionais no contexto da globalização ver Sprandel, Marcia - "Os movimentos de repatriamento". *Travessia*, nº 22, maio/1995.

13. Estes brasileiros foram tema de minha dissertação de mestrado, intitulada "Brasiguaios: conflito e identidade em fronteiras internacionais", defendida no PPGAS/Museu Nacional/UFRJ, em 1992. Sobre a situação atual dos brasileiros no Paraguai ver "Brasileiros de além-fronteira: Paraguai". In: *O Fenômeno Migratório no limiar do Terceiro Milênio*. Petrópolis, Vozes, 1998.

14. Sobre estes brasileiros, ver "Brasileiros de além-fronteira: Argentina", relatório de pesquisa entregue à Fundação Vitae em dezembro de 1995.

15. Conforme David Harvey, analisado por Gustavo Lins Ribeiro em "Bichos-de-obra: fragmentação e reconstrução de identidades". *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, nº 18, ano 7, fevereiro de 1992.

16. *Ibidem*.

MIGRAÇÃO RELIGIOSA AFRO-BRASILEIRA DE PORTO ALEGRE PARA O MERCOSUL

*Ari Pedro Oro**

Muitos anos antes da implementação da política de integração regional entre os países do sul do continente americano e da constituição do Mercosul, uma outra integração envolvendo Brasil, Argentina e Uruguai estava ocorrendo. Com efeito, se os esforços de integração visando a criação do mercosul remontam ao retorno da democracia nos países mencionados, a partir de 1985, ainda nas décadas de 50 e 60, indivíduos, crenças e valores circulavam entre esses países, configurando uma situação que se acentuou nas décadas posteriores.

Foram os pais e mães-de-santo do Rio Grande do Sul que desencadearam o processo de expansão da Umbanda e do Batuque para os países do Prata¹. Primeiramente aqueles radicados nas cidades fronteiriças com o Uruguai (como Santana do Livramento, nas décadas de 50 e 60) e com a Argentina (como Uruguiana, nas décadas de 60 e 70) e depois os de Porto Alegre, a partir da década de 70, muito contribuíram para a migração das crenças e dos cultos afro-brasileiros para os países do Prata, a tal ponto que existe hoje cerca de mil terreiros na Argentina (Carozzi & Frigerio, 1997) e em torno de duzentos somente em Montevidéu (Lopez, 1995), frequentados, mantidos e dirigidos majoritaria-

mente por cidadãos desses países².

Na sequência apresentaremos o perfil, as lembranças, as motivações pessoais e os significados agregados pelos agentes afro-brasileiros gaúchos ao processo de migração religiosa para os países do Prata.

OS PROMOTORES DA MIGRAÇÃO RELIGIOSA AFRO-BRASILEIRA PARA OS PAÍSES PLATINOS

O atual meio batuqueiro gaúcho e platino aponta cinco pais e mães já falecidos como **fundadores** do processo migratório religioso afro-brasileiro do Rio Grande do Sul para os países do Prata. Eles são considerados inauguradores de prestigiosas linhagens religiosas internacionais e tidos como modelo de comportamento e exemplo de conduta, sobretudo no tocante ao distanciamento do econômico e na concepção da divulgação internacional da religião afro-brasileira como uma atividade missionária.

Nos dias atuais há, em Porto Alegre, 13 pais e mães-de-santo que se desempenham enquanto agentes religiosos responsáveis pela migração do Batuque para a Argentina e o Uruguai. A lista não é exaustiva nem está completa; mas os mais importantes estão nela representados. Mais precisamente, são oito babalorixás e cinco ialorixás, cuja faixa

etária varia entre 33 e 79 anos de idade. Todos são donos de terreiros em Porto Alegre e se dedicam exclusivamente à *religião*. (Nessa região as religiões afro-brasileiras são simplesmente nomeadas pelo termo *religião*). Quatro deles são presidentes de federações religiosas afro-brasileiras. Três foram distinguidos pelo governo gaúcho com comendas e títulos. Três possuem uma carreira internacional, com filhos-de-santo e constantes deslocamentos para a América do Norte e a Europa. Trata-se, pois, da "elite sacerdotal" batuqueira gaúcha. A média de tempo de contato da maioria deles com os platinos se situa entre 10 e 15 anos, encontrando-se, porém, numa extremidade, um que já o faz há quase 30 anos e outro que iniciou há 6 anos³.

OS PRIMEIROS CONTATOS COM OS PLATINOS

De uma forma geral, argumentam os pais e mães referidos que os primeiros contatos com os países platinos ocorreram dentro de uma das três situações seguintes: a) como resposta a uma demanda platina de legitimação religiosa decorrente de sociedades nacionais intolerantes à prática religiosa afro-brasileira. Em outras palavras, os platinos vinham ao Rio Grande do sul, sobretudo a Porto Alegre, na busca de iniciação religiosa junto a um renomado pai ou mãe-de-santo, e do reconhecimento oficial da sua condição de sacerdote junto a uma federação local. Com tais documentos recebiam a autorização policial local para praticarem a *religião*; b) como consequência da prática religiosa afro-brasileira realizada nas cidades gaúchas fronteiriças com o Uruguai e a Argentina; e c) como resultado de relações familiares e amistosas entre babalorixás onde uns encaminham outros para atuarem no Uruguai ou na Argentina.

AS LEMBRANÇAS DOS PRIMEIROS TEMPOS

O discurso atual dos pais e mães gaúchos enfatiza que os "*primeiros tempos*" (isto é, quando iniciaram a sua participa-

ção no processo) foram muito árduos devido sobretudo a duas ordens de dificuldades. A primeira consistia na carência, naqueles países, dos objetos e bens necessários para o desempenho da *religião*.

Evidentemente que com o passar dos anos essa dificuldade foi em grande parte solucionada em razão do surgimento de casas ou lojas de comércio especializadas, chamadas *santerias*, que importam do Brasil uma série de produtos e se abastecem de outros nos seus próprios países.

Nos últimos anos, o número de *santerias* cresceu bastante em Buenos Aires e em Montevidéu, existindo todo um comércio de exportação/importação em torno de produtos de *religião*. Isto significa que a migração religiosa afro-brasileira constitui também uma atividade econômica pois está gerando comércio, assegurando empregos - diretos e indiretos - e carregando divisas para os países do Mercosul.

A segunda dificuldade até certo ponto persiste nos dias atuais. Consiste na discriminação religiosa sofrida sobretudo na Argentina, que teve como consequência perseguições perpetradas pelas autoridades policiais locais contra as práticas públicas da *religião*.

Sem desconsiderar a pouca tolerância religiosa que de fato ocorreu, sobretudo na Argentina, para a qual concorreu inclusive a força policial, sugiro que a ênfase posta hoje pelos pais gaúchos sobre a perseguição religiosa é tanta que se tornou um dos **mitos fundadores** da migração religiosa afro-brasileira para os países do Cone-Sul, cujo sentido é auto-elevar-se, uns mais do que outros, à condição de "heróis fundadores" que tiveram que vencer inúmeras dificuldades, inclusive o aparato policial e as resistências legais, para implantar a *religião* naqueles países⁴.

Esta situação revela, de um lado, a imbricação existente entre mito e história, como geralmente ocorre quando se reporta aos inícios de religiões e à constituição de locais de romaria e de peregrinação, e, de outro lado, a racionalização (construção de mito) motivada por

demanda de legitimação.

A frequência das viagens para os países platinos (nos primeiros anos de ônibus e hoje majoritariamente de avião), varia segundo os pais e mães e os países. Mas, de uma forma geral, infere-se, que a frequência foi menor no início - isto é, anos 50, 60 e 70 (média 1 - 2 vezes/ano) - aumentou na década de 80 (média 1 - 2 vezes/mês) e arrefeceu na década de 90 (1 - 2 vezes/ano).

O período áureo das relações religiosas internacionais platinas ocorre, pois, na década de 80. Em relação à Argentina dá-se sobretudo após o retorno à vida democrática, em 1983 (Frigerio, 1998), enquanto que no Uruguai o crescimento do número de terreiros e o incremento das relações religiosas com o Brasil coincide com o período ditatorial, que se estende até 1985 (Hugarte, 1993).

O arrefecimento das relações religiosas entre gaúchos e platinos deve-se, segundo o discurso dos pais e mães, à crise econômica que se abateu sobre aqueles países, sobretudo a Argentina, que reduziu os investimentos das pessoas na *religião*, embora não tenha diminuído o interesse pela mesma. Mas há um não-dito: o arrefecimento também se deve à concorrência religiosa que estão sofrendo naqueles países.

É importante frisar, porém, que se nos últimos anos diminuíram as viagens e o fluxo de indivíduos no sentido Porto Alegre e capitais platinas e vice-versa, acentuou-se o contato entre eles mediante o uso da tecnologia, sobretudo telefone, fax e mesmo internet. Igualmente, nos últimos anos, pode-se observar a fixação nos países platinos de alguns pais, e sobretudo tamboreiros, que encontram lá uma melhor oportunidade de desempenho da *religião* e de exercício profissional.

AS REPRESENTAÇÕES DOS PAIS E MÃES-DE-SANTO GAÚCHOS SOBRE A PRÁTICA DA RELIGIÃO NOS PAÍSES PLATINOS

De uma forma geral, os 13 pais e mães gaúchos são unânimes em destacar o fervor religioso, a dedicação e a seriedade

platina para com a *religião*. Mesmo assim, alguns deles apontam certos problemas e mesmo aspectos negativos que envolvem a religião nos países do Prata e seus praticantes, tais como: a ausência de certos ingredientes necessários para a prática dos diversos rituais, (apesar do número de *santerias*); a predominância do interesse financeiro na prática religiosa dos pais e mães platinos, especialmente argentinos, e a impossibilidade cultural dos platinos de desempenharem a *religião* tal como os brasileiros em razão das diferenças históricas e culturais de cada nação.

Essas últimas representações revelam que a migração religiosa não ocorre sem conflitos. Há uma rivalidade e uma relação conflituosa entre alguns, senão a maioria dos pais-de-santo gaúchos que participam do circuito religioso platino, sobretudo argentino, e os seus colegas deste país, posto que está em jogo uma disputa de poder pela ocupação do espaço religioso afro-brasileiro e pelo exercício legítimo do sacerdócio naquele país. Além disso, a acusação referida se insere dentro da construção da imagem do outro que, na relação Brasil-Argentina, nem sempre tem se revelado generosa, a sua expressão mais visível ocorrendo no campo futebolístico.

OS SIGNIFICADOS DA MIGRAÇÃO DA RELIGIÃO PARA O MERCOSUL

Encontramos um sentido "missionário" agregado à difusão da *religião* para os países do Prata por parte de alguns pais e mães gaúchos. Trata-se de uma ação missionária que não obedece a nenhuma instituição e sim a iniciativas individuais. Já o interesse por benefícios econômicos povoa o universo de sentidos investidos na migração religiosa por parte de outros pais e mães-de-santo. No entanto, não parece haver um aproveitamento econômico pessoal já que tendem a aplicar na própria *religião* e nos terreiros os rendimentos auferidos nos países do Prata e isto deve-se a uma **razão prática** - constituir um fundo econômico capaz de garantir o alto custo das despesas ne-

cessárias para o cumprimento dos rituais - e **razões simbólicas**, ou seja, busca de distinção, elevação de status, conquista de maior prestígio social, fortalecimento de legitimação simbólica, num universo social altamente concorrencial, e retribuição e oferta aos próprios orixás dos benefícios alcançados por seu intermédio. Neste caso, como tradicionalmente ocorre nesse meio religioso, o econômico é orientado pela religião (Vogel e outros, 1987).

Outro importante significado agregado à migração religiosa platina dos gaúchos reside na criação de redes internacionais de parentesco simbólico, as quais constituem denominadores de fronteiras sociais e simbólicas, que contribuem para a construção de identidades individuais e coletivas. Ao mesmo tempo, constituem uma forma de integração regional/internacional, legitimada religiosamente, mediatizada pelas religiões afro-brasileiras, onde a nacionalidade e as diferenças sociais e ideológicas não são anuladas mas superpostas à religiosa.

Evidentemente que a construção de identidades não significa a formação de comunidades (no sentido tradicional do termo) internacionais. Igualmente, a integração e formação internacional de redes de famílias-de-santo não significa que as relações entre os seus membros sejam harmônicas. Elas continuam a reproduzir o ethos de rivalidade e aliança que caracteriza o campo religioso afro-brasileiro.

* *Ari Pedro Oro é Doutor em Antropologia e Prof. do Dpto. de Antropologia e do Programa de Pós-Graduação em Antropologia da Universidade Federal do Rio Grande do Sul.*

NOTAS

1. A Umbanda e o Batuque são cultuados no Rio Grande do Sul desde o século passado. A Umbanda é proveniente do Rio de Janeiro enquanto que o Batuque constitui uma forma nativa de religiosidade Nagô, semelhante ao Candomblé da Bahia e ao Xangô de Recife.
2. Nos países mencionados também os Candomblés (Queto e Angola) são celebrados, mas em proporções reduzidas, ou seja, em cerca de 5% do total dos terreiros. Mesmo assim, são mantidas relações com pais e terreiros de metrópoles como São Paulo, Rio de Janeiro e Salvador, conforme atestam Prandi, 1991 e Segato, 1991.

3. Para maiores informações sobre os personagens referidos ver A. P. Oro "Transnacionalização religiosa afro-brasileira entre Porto Alegre e os países do Prata", paper apresentado nas VIII Jornadas sobre Alternativas Religiosas, USP, 22-25/09/1998.

4. Relativamente à perseguição e estigmatização dos cultos afro-brasileiros no Brasil, ver, entre outros, Maggie, 1992, Concone, 1996, Negrão, 1996.

BIBLIOGRAFIA

- CAROZZI, Maria Julia & FRIGERIO, Alejandro (1997) "Não se Nasce Batuqueiro - a conversão às Religiões Afro-brasileiras em Buenos Aires". In: *Religião e Sociedade*, V. 18, nº 1, pp. 71-93.
- CONCONE, Maria Helena Villas-Boas (1996) "Imagem e Identidade dos Cultos Afro-brasileiros (1880-1980)". In: *Teoria e Pesquisa*. Nº 16/17, pp. 10-22.
- FRIGERIO, Alejandro (1998) El Rol de la "Escuela Uruguaya" en la Expansión de las Religiones Afrobrasileñas en Argentina. In: R. Pi HUGARTE (org) *Cultos de Posesión en Uruguay: Antropología Histórica*. Montevideo, pp. 75-98.
- HUGARTE, Renzo Pi (1993) "Las Religiones Afrobrasileñas en el Uruguay". In: *Cadernos de Antropología*, PPGAS/UFRGS, nº 10, pp. 69-81.
- LÓPEZ, Mariel E. Cisneros (1995) "Quién Contó a los Umbandistas?". In: *Sociedad y Religión*. Buenos Aires, nº 13, março, pp. 127-150.
- MAGGIE, Ivonne (1992) *Medo do Feitiço: Relações entre Magia e Poder no Brasil*. Rio de Janeiro, Arquivo Nacional.
- NEGRÃO, Lísias Nogueira (1996) *Entre a Cruz e a Encruzilhada. Formação do Campo Umbandista em São Paulo*. São Paulo, Edusp.
- ORO, Ari Pedro (1998) *Transnacionalização Religiosa Afro-Brasileira entre Porto Alegre e os Países do Prata*. Paper apresentado nas VIII Jornadas sobre Alternativas Religiosas na América Latina. USP, 22-25/09.
- PRANDI, Reginaldo (1991) *Os Candomblés de São Paulo*. São Paulo, Hucitec/Edusp.
- SEGATO, Rita Laura (1991) "Uma Vocação de Minoria: A Expansão dos Cultos Afro-brasileiros na Argentina como Processo de Retnicização". In: *Dados*. Rio de Janeiro, IUPERJ, pp. 240-278.
- VOGEL, Arno & Outros (1987) "A Moeda dos Orixás". In: *Religião e Sociedade*. Rio de Janeiro, ISER, nº 14/2, pp. 4-17.

CUANDO LOS DIOSES MIGRAN RELIGIONES AFRO-BRASILEÑAS Y NEOPENTECOSTALISMO EN EL MERCOSUR

María Julia Carozzi*

El intercambio de religiones entre Brasil, Uruguay y Argentina, se ha caracterizado en las últimas décadas por el rol exportador del primer país en relación a los platinos¹. El Brasil ha exportado a los otros dos, tanto religiones afro-brasileñas - principalmente Umbanda y Batuque, y en menor medida Umbanda Omolokó y Candomblé - como representantes de su contrincante, el neopentecostalismo de la guerra espiritual, en forma de filiales de la Iglesia Universal del Reino de Dios y Dios es Amor (Oro, 1998a).

La historia del proceso de Umbandización y Batuquización del Plata, tal como lo llamara Oro, señalando con este término la centralidad que el Batuque ocupa entre las religiones afro-brasileñas del área, es como toda historia oralmente transmitida, sin registros escritos y sujeta a las libres interpretaciones y reelaboraciones de los protagonistas, difícil de precisar. Sin embargo, pueden distinguirse dos procesos que hunden sus raíces en las décadas del 50 y el 60. Ninguno de los dos implicó sino en una ínfima medida, la relocalización de *pais* o *mães* de santo brasileños. En cambio, abundaron los viajes iniciáticos de los platinos hacia el Brasil y estadias más o menos temporarias de brasileños para *abrir* ritualmente las casas de sus hijos platinos, *trabajar* con los clientes e hijos de santo de estos últimos e iniciar nuevos adeptos.

El primero de estos procesos de

expansión de las religiones afro-brasileñas encuentra su fuente en la porosidad de los límites internacionales en ciudades fronterizas como Santana do Livramento - entre Brasil y Uruguay - y Uruguaiana - entre el primer país y Argentina. Desde este origen fronterizo, las poblaciones que los orixas africanos y las entidades umbandistas vienen a poseer en los países platinos son humildes, socialmente estigmatizadas y marginalizadas, cuya elección religiosa parece enraizarse en una disposición a elegir, percibir y actuar que se preocupa poco por el prestigio y el reconocimiento social. Abundan en esta vertiente histórica, y en las familias de santo platinas que en ella se originan, travestis y prostitutas que parecen encontrar en las cortes de caboclos, exus y pomba giras la sacralización de su propia diferencia y la jerarquización ritual de su destino social estigmatizado (Hugarte, 1993 y 1998; Segato, 1991; Frigerio, 1998). El impacto de este tipo de expansión a través de las fronteras se hizo sentir más fuertemente en Uruguay que en Argentina.

El segundo proceso de expansión de religiones afro-brasileñas en la región parece relacionarse más con viajes directos de porteños hacia Porto Alegre y de pais de santo de esa localidad a Buenos Aires. Originado en la década del 60, este proceso expansivo, que tiene más repercusiones en Argentina que en el Uruguay, experimenta un *boom* a principios de la del 80 (Frigerio y Carozzi, 1993). En el primer país, a la luz de una

incipiente apertura democrática que permitirá defender el derecho a la diferencia religiosa después de la persecución que, también la Umbanda como casi todo, sufriera durante la dictadura. En ambas riberas del Plata, este *boom* forma parte de un renacimiento y diversificación de la oferta religiosa de servicios mágicos que excede los límites de estas religiones (Carozzi y Frigerio, 1992; Hugarte, 1998a). Renacimiento y diversificación que se produce en la estela de dictaduras que, con sus misma existencia, ilustraron para la población el fracaso de la acción política como medio de modificar sus condiciones de existencia (Hugarte, 1993).

Este segundo proceso da origen, en los países del Plata, a familias de santo que derivan sus miembros de poblaciones algo más aducadas, más cercanas a las clases medias y más preocupadas por el prestigio que las de sus ancestros espirituales brasileños. Familias cuyos *pais* y *mães* argentinos se ven compelidos a luchar por ampliar la dudosa legitimidad que las religiones afro-brasileñas alcanzan entre los porteños. Con relativo éxito, emprenden esta lucha a través de unos medios de comunicación y frente a unos organismos estatales que prefieren pensarse y pensar a la población del país como uniformemente racionalista, medicalizada y científicamente orientada y no dudan en burlarse, estigmatizar y hasta criminalizar la magia afro-brasileña (Frigerio, 1991).

En sus dos vertientes, la expansión de las religiones afro-brasileñas a los países

del Plata torna a un Estado que desde la óptica brasileña resultaba relativamente marginal en lo que a religiones afro-brasileñas se refiere² en centro de la nueva área geográfica batuquizada y umbandizada: Rio Grande do sul³ (Corréa, 1992; Oro, 1998a). La difusión de las religiones afro-brasileñas a los países del Plata crea una nueva región religiosa con centros de irradiación en Porto Alegre y las ciudades limítrofes de Rio Grande do Sul. Este estado deja su fuerte marca en la religión regional, no sólo en los rituales y en el vocabulario que lo acompaña sino también en la práctica mixta en los mismos *terreiros* de Umbanda y Batuque y en la denominación de "la religión" como forma preferida de autodenominación (Frigerio, 1990).

El surgimiento de esta nueva región religiosa "gaúcho-platina", es, como afirma Oro citando a Badie y Smouths, resultado de un proceso de transnacionalización entendido como "*toda relação que, por vontade deliberada ou por destino, se constrói no espaço mundial além do quadro estatal nacional e que se realiza escapando ao menos parcialmente do controle ou da ação mediadora dos Estados*" (Badie y Smouths, 1992, apud Oro 1998a). Reflejando un proceso que tiene su expresión en todas las esferas de la cultura, a esta regionalización efecto de la transnacionalización, se le viene a superponer un contramovimiento de sentido globalizador. A la segmentación del poder que caracteriza como un marco interpretativo, como un sesgo común, como una clave ubicua a las religiones afro-brasileñas y que posibilita el surgimiento continuo de nuevos centros religiosos siempre cambiantes, siempre divisibles, siempre transportables paso a paso a través y a lo largo del Atlántico (*el axé se traslada*, gustan de decir los *pais* de santo argentinos) viene a oponérsele el contraataque del pentecostalismo de guerra espiritual de origen norteamericano con su afirmación de un sólo poder divino y la demonización de toda variedad religiosa que lo anteceda o se aparte de él. Las versiones localmente adaptadas para el Brasil de este pentecostalismo de guerra espiritual y que, acorde con esta adaptación, demonizan particularmente a

las religiones afro-brasileñas son la Iglesia Dios es Amor y la Iglesia Universal del Reino de Dios (Hugarte, 1993; Giugou, 1993). De modo que son estas iglesias las que, detrás de la expansión de las religiones afro-brasileñas fundan filiales en los países del Plata. Exportadas desde el Brasil hacia Uruguay y Argentina ambas iglesias expanden a lo largo de la nueva región umbandizada su ataque frontal a las religiones afro-brasileñas, constituyéndose en el brazo ritualmente armado del monopolio religioso que el evangelismo de guerra espiritual propone para Occidente⁴.

Mientras la expansión de religiones afro-brasileñas a los países del Plata resulta en una regionalización que subvierte las fronteras nacionales, la expansión de la guerra espiritual puede verse como expresión de un contraataque globalizante a esta regionalización. Globalización que, como el mismo Oro señala, remite a una homogeneización económica, jurídica, cultural e institucional que produce un mundo de objetos y símbolos estandarizados internacionalmente a través de un mismo bloque económico (Oro, 1998a). Religiones afro-brasileñas y pentecostalismo de guerra espiritual a un tiempo se enraizan y reproducen disposiciones a percibir, elegir y actuar claramente diferentes que compiten entre sí. Si la segmentación y la - íntimamente maledicente pero públicamente cordial - competencia caracteriza a las afro-brasileñas, asemejando las relaciones que se producen entre templos a las de la competencia entre pequeñas empresas familiares continuamente sujetas a la segmentación; la organización centralmente burocratizada y la guerra para la destrucción del competidor religioso es, en cambio, marca de las segundas, asemejándolas a las grandes corporaciones con vocación monopólica (Oro, 1992).

Por otra parte, la expansión desde el Brasil a la región platina tanto de religiones afro-brasileñas como neopentecostales de guerra espiritual, tornan a éste un exportador para el Mercosur de instituciones que ofrecen servicios mágicos a la comunidad. Templos y filiales proporcionan un marco institucional, un personal especializado,

una doctrina y un ritual más o menos estandarizado, que se superpone a prácticas y creencias mágicas preexistentes en el catolicismo y la religiosidad popular. Prácticas que, hasta el desembarco religioso brasileño en el Plata, sólo se realizaban en forma individual, privada y al margen de cualquier institución religiosa (Carozzi y Frigerio, 1992).

En tanto, ni las religiones afro-brasileñas ni las pentecostales de guerra espiritual continúan idénticas después de su trasplante. Apropriadamente las primeras por nuevos agentes religiosos, argentinos y uruguayos, dirigidas tanto ellas como las segundas a nuevos auditorios, sufren transformaciones y adaptaciones. En el caso de las afro-brasileñas, la llegada a la Argentina ilustra la culminación de la ruptura del vínculo con la identidad de color negro y étnica africana, vínculo que sin embargo ya venían perdiendo en el propio sur del Brasil donde habían dejado de ser hace tiempo religiones practicadas por quienes se identificaban como negros para ser religiones universales, religiones de elección más que de transmisión hereditaria. Esta "universalización" (Prandi, 1995) de las religiones afro-brasileñas parece condición de su expansión a la Argentina. Si en este último país las religiones siguen pensándose africanas y sufren los mismos intentos de reafricanización que en el Brasil - intentos guiados tanto por la búsqueda del prestigio religioso que otorga la pureza originaria como la liberación de los compromisos y obligaciones que permite una autoridad religiosa geográficamente distante - quienes abrazan estas religiones en Argentina *eligen* - más que heredan - el origen geográfico de sus ancestros por adopción (Frigerio, 1993).

En segundo lugar, y al mismo tiempo, la exportación de religión a los países platinos implica un cierto aflojamiento del control social: libres de los límites impuestos por sus mayores y pares religiosos algunos *pais* de santo brasileños parecen haber visto a las ciudades de Buenos Aires y Montevideo como un mercado libre en que los bienes religiosos, en forma de iniciaciones, podían venderse más libremente que en Brasil⁵. Particular-

mente el boom de las religiones afro-brasileñas a fines de la década del 70 e inicios de los 80 cristaliza un proceso que se origina con su universalización en el propio Brasil: el de la mercantilización del axé (Oro, 1998b). Adoptadas las religiones por aspirantes de clases medias, el axé se encarece y si algunos *pais* y *mães* brasileños (como los que se querían negros solían pensar de los que se querían blancos en el Brasil) sostenían secretamente que los argentinos no servían para la religión, no dudaron en iniciarlos sometiéndose al poder de su poder adquisitivo.

Este poder adquisitivo que, particularmente a comienzos de los 80, daba a los argentinos la posibilidad de pagar en efectivo por el poder espiritual, también redujo, en ocasiones, las obligaciones no monetarias de los hijos hacia sus padres espirituales. De este modo, algunos *pais* y *mães* redujeron el tiempo requerido de trabajo gratuito que requerían de sus hijos platinos antes de hacerlos avanzar a tra-

vés de los distintos estadios de la escala iniciática: a mayores precios pagados, menores las obligaciones en términos de trabajo brindado al templo en retorno del axé. Este proceso supone una suplantación progresiva de la lógica del servicio por la lógica del libre mercado: el poder religioso se paga cada vez más en efectivo y cada vez menos con trabajo para el templo. Coherente con la lógica de la maledicencia íntima que caracteriza a la competencia entre templos en estas religiones, las acusaciones cruzadas entre pais brasileños y argentinos en el sentido de que - a los otros, claro - sólo les interesa el dinero abundan acompañando a este proceso (Frigerio, 1993; Oro, 1998b).

En tercer lugar la expansión de las religiones afro-brasileñas hacia el Plata implicó intentos de traducción para tornarlas asequibles e inteligibles para nuevos adeptos potenciales. Esta traducción fue posibilitada también por la anteposición de la Umbanda a cualquier práctica religiosa más ortodoxamente afri-

cana en los caminos religiosos propuestos en los templos platinos. Si para el Brasil el pasaje entre catolicismo y religiones de origen africano aparece fluido por la histórica convivencia entre ambas tradiciones, en el Plata esta transición requiere esfuerzos de traducción, cuidadoso trazado y minuciosa segmentación del camino que lleva del primero a las segundas. En cuanto al lenguaje, en las primeras etapas de contacto del individuo con un templo se hacen continuas referencias a conceptos familiares para el catolicismo como *Dios, fe, religión, santos, ángel de la guarda, templo, retiro espiritual, bautismo*. Sólo después de un tiempo de permanencia en contacto con la religión se aprenderá el uso correcto de términos nuevos como *orixa, terreiro o ilé, hijo o filho de santo, obligación, bori o asentamiento*. En cuanto al ritual, las personas son introducidas a una secuencia más o menos invariable en que situaciones habituales de la religiosidad popular y el catolicismo porteño como las solicitudes

Foto: Mauricio P. Sposito



NOTAS

de ayuda a los santos, son progresivamente alterados mediante la adición de elementos que modifican su sentido. Será sólo cuando las consultas y ayudas espirituales hayan fomentado la suficiente confianza en el templo como fuente de bienestar en su vida personal, que el consultante conocerá las sesiones de caridad de Umbanda donde se lo introduce al fenómeno de la posesión, ajeno a la religiosidad popular porteña. Aún más adelante el consultante podrá ser sometido a trabajos que involucren sacrificios de animales, o concurrirá a fiestas de Orixas, dado que el concepto de Orixa es algo lejano a la concepción popular (Carozzi y Frigerio, 1997; Frigerio, 1997).

Estos esfuerzos de traducción verbal y ritual, enraizados en la escasa familiaridad de los porteños con las religiones afro-brasileñas, no son ajenos a las iglesias que, como la Iglesia Universal del Reino de Dios y Dios es Amor vienen a oponerse a su expansión. Así los pastores de la IURD en Buenos Aires, donde los ritos de posesión por entidades afroamericanas son poco conocidos, parecen adoptar un "estilo académico" que abunda en explicaciones orales, traducciones y definiciones como complemento de los rituales de exorcismo de las entidades de ese origen.

Al mismo tiempo, y para mantener un número considerable de adeptos, los agentes de la guerra espiritual se ven obligados a expandir las acciones del demonio a campos menos relacionados con las religiones afroamericanas pero más familiares para sus auditorios platinos: la depresión, la angustia, los problemas familiares y una serie de males psicológicamente definidos son incorporados progresivamente a su discurso demonizante (Semán y Moreira, 1998). Con un contrincante más débil y menos popular en los países del Plata que en el Brasil, las iglesias de la guerra espiritual especializadas en la lucha contra las religiones afro-brasileñas, parecen tornarse menos guerreras.

* *María Julia Carozzi - Consejo Nacional de Investigaciones Científicas y Técnicas/ Universidad Católica Argentina.*

1. La integración religiosa en los países del Cono Sur propiciada por el flujo y reflujo religioso afro-brasileño antecede a la integración político-económica debatida entre gobiernos, políticos y economistas de estos países (Oro, 1994).
2. Esta relativa marginalidad se refleja en la escasez de trabajos de investigación de origen brasileño referidos al Batuque en relación con los dedicados a otras vertientes de religión afro-brasileña. A juzgar por estos trabajos son sin duda el Candomblé bahiano y la Umbanda los arquetipos que representan a estas religiones en el imaginario académico de ese país.
3. La expansión de las religiones afro-brasileñas a Argentina y Uruguay aparece como una extensión de su crecimiento en este estado combinado con una flexibilización de las fronteras turísticas y comerciales (Oro, 1996).
4. En Argentina ya existían otras versiones del pentecostalismo de guerra espiritual que demonizaban diversas variantes locales de religiosidad popular.
5. Este proceso es similar al que se produjo cuando los países de santo negros comenzaron a iniciar blancos: algunos países de santo que se identificaban como descendientes de africanos consideraban que la religión no era para los blancos, pero los blancos podían pagar iniciaciones a mayores costos de modo que terminaron por abandonar sus principios discriminatorios para vender el axe a mejor precio (Oro, 1996).

BIBLIOGRAFIA

- CAROZZI, María Julia y FRIGERIO, Alejandro
(1992) "Mamãe Oxum y la Madre María: Santos, Curanderos y Religiones Afro-Brasileñas en Buenos Aires". *Afro-Asia* 15: 71-85. CEAU/UFBA.
- CAROZZI, María Julia y FRIGERIO, Alejandro
(1997) "Não se nasce batuqueiro: A conversão às religiões afro-brasileiras em Buenos Aires". *Religião e Sociedade* 30: 71-94.
- CISNEROS, Mariel
(1995) "¿Quin contó a los Umbandistas?: Una aproximación a su realidad numérica en Montevideo". *Sociedad y Religión* 13: 127-150.
- CORREA, Norton
(1992) *O Batuque do Rio Grande do Sul*. Porto Alegre, EDUEFRGS.
- FRIGERIO, Alejandro
(1998) El rol de la "escuela uruguaya" en la expansión de las religiones afro-brasileñas en Argentina. En *Los Cultos de posesión en Uruguay: Antropología y Historia*. Renzo Pi Hugarte, ed. págs. 75-98. Montevideo: Fac. Humanidades/Edic. Banda Oriental.
- FRIGERIO, Alejandro
(1997) "Estabelecendo pontes: Articulação de significados e acomodação social em movimentos religiosos no Cone Sul". En *Religião e Globalização*. Ari Oro y Carlos A. Steil, eds. págs. 153-178. Petrópolis, Vozes.
- FRIGERIO, Alejandro
(1993) "De la Umbanda al Africanismo: Identificación Etnica y Nacional en las Religiones Afro-Brasileñas en Argentina". En *Fronteiras da Cultura: Horizontes e Territórios da Antropologia na América Latina*. Cláudia Fonseca, compiladora. Porto Alegre, EDUEFRGS.
- FRIGERIO, Alejandro
(1991) "La Umbanda no es una Religión de Ignorantes y Mediocres": La Estigmatización de las Religiones Afro-Brasileñas en Buenos Aires. *Revista de Antropología* 10: 22-23.
- FRIGERIO, Alejandro
(1990) "Umbanda e Africanismo em Buenos Aires: Duas Etapas de um Mesmo Caminho Religioso". *Comunicações do ISER* 35:52-63.
- FRIGERIO, Alejandro y CAROZZI, María Julia
(1993) "Las religiones afro-brasileñas en Argentina". *Cadernos de Antropología* 10: 39-68. Porto Alegre, UFRGS.
- GUIGOU, Nicolás
(1993) "El dinero en el proceso de integración y desarrollo de las iglesias pentecostales brasileñas en el Uruguay". *Sociedad y Religión* 10/11: 105-112.
- HUGARTE, Renzo Pi
(1992) "La iglesia pentecostal 'Dios es Amor' en el Uruguay: religiones afro-brasileñas en el Uruguay". *Cadernos de Antropología* 9: 63-96. Porto Alegre, UFRGS.
- HUGARTE, Renzo Pi
(1993) "Las religiones afro-brasileñas en el Uruguay". *Cadernos de Antropología* 10: 69-80. Porto Alegre, UFRGS.
- HUGARTE, Renzo Pi
(1998a) "Los cultos de posesión como expresión de la religiosidad popular" En *Los cultos de posesión en Uruguay: Antropología e historia*. Renzo Pi Hugarte, ed. págs. 11-19.
- HUGARTE, Renzo Pi
(1998b) "La cultura uruguaya actual y los cultos de posesión". En *Los cultos de posesión en Uruguay: Antropología e historia*. Renzo Pi Hugarte, ed. págs. 19-58.
- ORO, Ari Pedro
(1992) "Podem passar a sacolinha - Um estudo sobre as representações do dinheiro no neopentecostalismo brasileiro". *Cadernos de Antropologia* 9: 7-44, UFRGS.
- ORO, Ari Pedro
(1993) "Religiões Afro-brasileiras: Religiões multi-étnicas". En *Fronteiras da Cultura: Horizontes e Territórios da Antropologia na América Latina*. Cláudia Fonseca, compiladora. Porto Alegre, EDUEFRGS.
- ORO, Ari Pedro
(1994) "Difusão das religiões afro-brasileiras do Rio Grande do Sul para os países do Prata". In: Oro, Ari Pedro (org.) *As religiões afro-brasileiras do Rio Grande do Sul*. Porto Alegre, Ed. da Universidade/ UFRGS: 47-73.
- ORO, Ari Pedro
(1996) "As relações raciais nos terreiros do Rio Grande do Sul". Ponencia presentada en el XX Encontro Anual da Anpocs. Gt 19. Caxambu, 22-26 de octubre.
- ORO, Ari Pedro
(1998a) "Transnacionalização religiosa afro-brasileira entre Porto Alegre e os países do Prata". Ponencia presentada en las VII Jornadas sobre Alternativas Religiosas em Latinoamérica. USP, 22-25 de septiembre.
- ORO, Ari Pedro
(1998b) "Religião e mercado no Cone Sul: as religiões afro-brasileiras como negócio". XXII Reunião Anual da ANPOCS. Caxambu, 27-31 de outubro de 1998.
- PRANDI, Reginaldo
(1995) Raça e Religião. *Novos Estudos CEBRAP* 42: 113-129.
- SEGATO, Rita
(1991) "Uma vocação de minoria: A expansão dos cultos afro-brasileiros na Argentina como processo de re-etnicização". *Dados* 34(2): 249-278.
- SEMÁN, Pablo y MOREIRA, Patricia
(1998) "La Iglesia Universal del Reino de Dios en Buenos Aires y la recreación del diablo a través del realineamiento de marcos interpretativos". *Sociedad y Religión* 16/17: 95-110.

Fontes do Direito do Trabalho

Itens	Argentina	Brasil	Paraguai	Uruguai
I. Legislativa				
- Constituição	Alteração a partir de 2/3 dos votos do Congresso Nacional	Alteração em dois turnos de votação, em cada Casa do Congresso, com aprovação de 3/5 dos respectivos membros	Alteração a partir de mais de 2/3 dos votos do Congresso Nacional	Alteração a partir da aprovação de maioria dos eleitores
- Lei	Alteração pelo Poder Executivo através do decreto de necessidade e urgência a ser considerada pelo Congresso Nacional	Alteração pelo Poder Executivo através de medida provisória, mas que deixa de ter força de lei se não for aprovada pelo Congresso Nacional	*****	Não existe a possibilidade via o Poder Executivo
- Tratados e Convenções Internacionais	Sistema dualista. Até dezembro de 1993 havia 67 Convenções da OIT ratificadas	Sistema monista, cabendo ao Congresso Nacional aprovar em definitivo. Até dezembro de 1993 havia 73 Convenções da OIT ratificadas	Vigência a partir da aprovação pelo Congresso Nacional. Até dezembro de 1993 havia 35 Convenções da OIT ratificadas	Vigência a partir da aprovação pelo Congresso Nacional. Até dezembro de 1993 havia 97 Convenções da OIT ratificadas
II. Jurisdicionais				
	Não existe	Somente nos casos de conflitos coletivos, sem resolução negociada	*****	Não existe
III. Convenção Coletiva				
	Necessita ser homologada. Não existe arbitragem voluntária ou obrigatória, mas controle da justiça	Não necessita ser homologada. Há arbitragem voluntária e controle da justiça do Trabalho	Não há necessidade de ser registrada	Há necessidade de ser registrada. Existe arbitragem voluntária
IV. Registro				
	Todo empregador deve possuir registro da relação laboral e somente o empregado da construção civil deve possuir carteira de trabalho	Todo empregador deve possuir registro da relação laboral, assim como todo empregado deve possuir carteira de trabalho	Todo empregador deve possuir registro da relação laboral	Todo empregador deve possuir registro da relação laboral e somente o empregado no setor de pesca deve possuir carteira de trabalho
V. Sanções por descumprimento da legislação				
	Estão previstas sanções civis, administrativas e penais	Estão previstas sanções civis, administrativas e penais	Estão previstas sanções civis, administrativas e penais	Estão previstas sanções civis, administrativas e penais
I. Aviso Prévio				
	Depende do tempo de serviço para empregado e empregador: a) até 5 anos = 30 dias e b) mais de 5 anos = 60 dias, com redução de 2 horas diárias ou acumulada em jornada maior	30 dias, com redução em 2 horas diárias, sem prejuízo do salário, ou indenização em dinheiro correspondente ao prazo do aviso, tanto para empregado quanto empregador	Depende do tempo de serviço para empregado e empregador: a) até 1 ano = 30 dias, b) de 1 a 5 anos = 45 dias, c) de 5 a 10 anos = 90 dias, com redução de 2 horas diárias, sem prejuízo do salário e passível de conversão em dinheiro	Sem previsão para o empregado assalariado urbano, enquanto para o empregado rural está prevista a notificação de 30 dias
II. Extinção do Contrato de Trabalho				
Decisão do empregador	Aviso prévio acrescido de 1 mês por ano de antiguidade ou maior fração de 3 meses	Aviso prévio acrescido das férias proporcionais e da indenização de 40% do valor do FGTS	Despedida sem justa causa é possível com indenização de 15 dias de salário para cada ano de serviço ou fração e garantia de retorno. Mais de 10 anos: a demissão é em dobro	Acresce 1 mês por ano ou fração com mais de 6 meses de serviço

Fontes do Direito do Trabalho

Itens	Argentina	Brasil	Paraguai	Uruguai
Força Maior	Pode ser suspenso em até 75 dias para 12 meses de serviço, sem pagamento de salário	Indenização pela metade daquela devida na rescisão sem justa causa	Suspensão do contrato sem prazo determinado e com aviso ao sindicato e ao Ministério do Trabalho	Sem previsão legal
Serviço Militar	Prevista a suspensão do contrato, com garantia de retorno	Prevista a suspensão do contrato, com garantia de retorno	Prevista a suspensão do contrato, com garantia de retorno	Sem previsão legal
Prestação de Cargo Público Eletivo	Garantia de retorno do emprego e considerado como tempo de serviço	Sem previsão legal	Prevista suspensão do contrato de trabalho	Sem previsão legal
Disciplina	Máximo de 30 dias no ano	Máximo de 30 dias	*****	Sem previsão legal
Falta ao Trabalho	Suspensão do contrato sem pagamento de remuneração até 30 dias. Suspensão de contrato com indenização de 50% do valor devido	Sem previsão legal	Sem previsão legal	Sem previsão legal
Término de obra ou tarefa	Se exceder a 12 meses há obrigação de indenização de 50% dos direitos	Sem direito à indenização	*****	Sem direito à indenização
Aposentadoria por:				
a) Invalidez	Suspensão do contrato, pagamento de indenização e pensão com base nos seguros e valores específicos e assistência médica e farmacêutica de até 2 anos sob encargo patronal	Suspensão do contrato, pensão e pagamento de pecúlio, este por conta da Seguridade Social	Suspensão do contrato e pensão sob responsabilidade da Seguridade Social	Até dois anos há pensão temporária e permanente. A partir daí, sob responsabilidade da Seguridade Social
b) Tempo de Serviço ou Idade	Prevista por idade	Prevista por idade e por tempo de serviço. Extingue o contrato de trabalho	Prevista por idade	Prevista por idade
Morte	Prevista indenização de 50% dos direitos	Sem direito de indenização	*****	Sem direito de indenização
Outras Causas	Prevista a suspensão do contrato no caso de processo criminal e greve	Prevista a suspensão do contrato no caso de greve. Se ainda for considerada abusiva pela Justiça do trabalho é passível de demissão por justa causa	A greve suspende o contrato de trabalho	A greve suspende o contrato de trabalho
III. Funcionário Público	Estável	Estável	Estável	Estável

Fonte: Marcio Poschmann (1994). Instituto de Economia/UNICAMP. In: *Migração Internacional: Dados, Fatos Flashes. Programa Interinstitucional de Avaliação e Acompanhamento das Migrações Internacionais no Brasil, 1995*, NEPO/UNICAMP - NESUR/UNICAMP.

HISPANO-AMERICANOS EM SÃO PAULO

Alcances e Limites de um Processo de Integração

*Sidney Antonio da Silva**

Propomo-nos analisar neste artigo alguns aspectos da reprodução social dos hispano-americanos em São Paulo, buscando traçar, em primeiro lugar, um possível perfil destes imigrantes na cidade, com o objetivo de destacar as diferenças e as semelhanças presentes em cada grupo. Em segundo lugar, focalizaremos as formas como cada grupo se insere no mercado de trabalho paulistano, mostrando as suas peculiaridades e contradições. Finalmente, analisaremos alguns aspectos da sua integração sócio-cultural, a qual antecede e extrapola os limites do tratado que formalizou o Mercosul, focalizando questões complexas atinentes aos conceitos de "cidadania transnacional" e de identidades.

Os dados aqui analisados foram colhidos no arquivo do Centro Pastoral dos Latino-americanos, situado nas dependências da Igreja N. Sra. da Paz, no bairro da Liberdade-SP. Foram consultadas 1402 fichas relativas à década de 90. Vale ressaltar que o referido arquivo apresenta vários problemas, pois o preenchimento dos campos em boa parte das fichas é bastante deficiente, e muitas vezes a informação não é clara, sendo passível de várias interpretações. Apesar desses problemas, tais dados apresentam uma grande riqueza, pois no verso da maioria das fichas há informações sobre a trajetória do imigrante, a partir do momento em que ele se apresentou à Pastoral para encaminhar o seu processo de documentação ou pedir alguma forma de ajuda.

Entre os grupos de imigrantes atendidos pelo referido Centro de Pastoral, destacamos os bolivianos, os chilenos, os argentinos, os paraguaios, os uruguaios e

os peruanos. No caso boliviano vale notar, entretanto, que os dados foram colhidos a partir de 1994, pois os que se referem aos anos anteriores, já foram analisados em outro trabalho pelo autor deste artigo (Silva, 1997). Tais dados serão, portanto, comparados com os colhidos ultimamente. Dentre os dados auferidos e que nos possibilitam construir um possível perfil dos hispano-americanos em São Paulo, apresentamos a classificação por sexo, idade, estado civil, grau de instrução, proveniência, ocupação profissional, local de residência em São Paulo, filho brasileiro e a passagem por uma das instituições que acolhe os migrantes na cidade, a AVIM (Associação de Voluntários pela Integração dos Migrantes).

COMPOSIÇÃO DO FLUXO MIGRATÓRIO HISPANO-AMERICANO EM SÃO PAULO

Bolivianos

No caso boliviano foram consultadas 334 fichas, as quais nos possibilitam formar um quadro sobre a composição do grupo na cidade. Em relação ao sexo temos um ligeiro predomínio dos homens sobre as mulheres, ou seja, 55,1% e 44,9% respectivamente. As faixas etárias indicam, por sua vez, que o grupo apresenta uma população jovem, pois a maioria destes imigrantes enquadra-se numa faixa etária entre 18 e 44 anos, ou seja, na melhor fase produtiva de suas vidas. Já em relação ao estado civil os dados sugerem o inverso, ou seja, o predomínio dos casa-

dos sobre os solteiros, se considerarmos esses últimos como se não fossem solteiros, uma vez que convivem sem papel passado.

Comparando estes dados com os colhidos em nossa pesquisa anterior, podemos concluir que houve uma significativa mudança na composição do grupo em relação ao sexo, posto que o dado anterior apontava para uma maioria expressiva do sexo masculino, 74,2% (Silva, 1997:91), enquanto os dados atuais apontam para uma diminuição da diferença entre homens e mulheres. Outro dado que chamou a atenção é o pequeno número de imigrantes abaixo de 18 anos de idade. Isto se deve a duas razões: A primeira, porque muitos destes jovens escondem a sua idade real, dizendo ter pelo menos 18 anos, pois empregar menores traz sérios problemas aos seus empregadores. Em segundo, porque estes menores não se apresentam ao Centro de Pastoral para regularizar a sua situação de indocumentação, uma vez que a única possibilidade existente seria se algum estrangeiro em situação regular aceitasse ser o seu tutor.

Com relação ao grau de instrução, esse foi o dado mais deficiente desta amostra, pois apenas 39 registros apresentaram esta informação, o que torna complicado tecer qualquer consideração sobre o mesmo. Na minha pesquisa anterior constatei que o grupo apresentava um nível de escolaridade médio entre os homens, ou seja, com o primeiro grau completo, ou pelo menos parte do segundo. Porém, entre as mulheres, o nível é um pouco menor (Silva, op.cit., p.92).

No que diz respeito à ocupação profissional, grande parte deles continua no

ramo da costura, 44,0%, ou seja, com um percentual semelhante ao constatado anteriormente, 48,0%. No entanto, outras profissões também aparecem com frequência, como a de comerciante, médico, engenheiro, dentista, advogado, electricista, mecânico, marceneiro, artesão, serviço doméstico, pedreiro, entre outras.

Da mesma forma, o local de residência continua sem grandes alterações, ou seja, grande parte deles reside e trabalha nos bairros centrais da cidade, como Brás, Bom Retiro, Pari, Cambuci, Campos Elísios, Liberdade, entre outros. Consta-se, porém, uma sensível mudança das oficinas de costura para bairros mais distantes, em razão do alto custo do aluguel na zona central. Entre os Bairros que mais aparecem temos: Guaianazes, Itaquera, Vila Maria, Vila Guilherme, Jardim Brasil, Edu Chaves, Engenheiro Goulart, Pirituba, São Miguel, entre outros.

Outro dado que merece uma particular atenção é o alto número de casais que tiveram um outro filho no Brasil, atingin-

do 38,9% do total dos registros consultados. Isto pode estar indicando que ter um outro filho passou a ser uma estratégia para conseguir a documentação permanente no país, uma vez que a lei dos estrangeiros se fundamenta no princípio do "jus soli". Para ilustrar este argumento vale ressaltar o caso de uma família que já tendo 7 filhos bolivianos, acabou tendo também um filho brasileiro. Entretanto, o percentual de pessoas casadas ou que convivem com brasileiros é de apenas 7,1%.

Da mesma forma temos um baixíssimo número de pessoas que passaram pelo albergue (AVIM), 4,5% do total da amostra. Tal dado indica a solidez das redes sociais entre esses imigrantes, pois ao chegarem na cidade eles já contam com uma proposta de emprego e moradia entre os parentes ou compatriotas, com os quais assumem um compromisso de "fidelidade" pelo "favor" concedido. As implicações de tais relações serão analisadas mais adiante.

Paraguaios

Outro grupo que apresenta dados semelhantes aos dos bolivianos são os paraguaios, como veremos a seguir. Foram consultadas 107 fichas cujos dados apresentados nos registros foram os mais incompletos entre os grupos analisados. No entanto, é possível tecer algumas considerações. Em relação à composição por sexo temos um percentual de 57,9% para os homens e 42,1% para as mulheres. A estrutura etária indica um predomínio dos jovens, ou seja, a maioria apresenta idade entre os 18 e 44 anos. Quanto ao estado civil, os dados indicam que 47,0% são solteiros, porém, se somarmos o percentual dos casados (34,0%) com o dos que declararam conviver com algum cônjuge, teríamos um percentual de 50,0%.

No que se refere à origem dos mesmos, estes em grande parte são oriundos de Assunção (capital), seguida por Puerto Caballero, Concepción, Ponta Porã, Caaguazú, entre outras. O grau escolar é de nível médio e a ocupação profissional

Foto Sidney A. da Silva



Hispano-americanos na festa da Virgem de Urkupiña, 1997

que mais se destaca é a da costura, 19,6%. Além da costura aparecem outras atividades como o comércio, o artesanato, os serviços como mecânica, serviço doméstico, artistas, médicos, entre outras. O local de residência de grande parte deles também se concentra nos bairros centrais da cidade como o Brás, o Pari, Santa Cecília, Moóca, bem como em outros bairros periféricos e cidades do ABCD paulista.

O número de filhos brasileiros também aparece com destaque, pois atingiu 30,8% do total, dado que pode estar indicando a mesma estratégia de regularização adotada pelos bolivianos. Por outro lado, pode estar indicando também que novas famílias se formaram aqui em São Paulo, conjugando assim o desejo de ter um filho com a necessidade da regularização jurídica. De igual forma o número de pessoas que estão casados ou convivem com brasileiros é significativo, perfazendo 14,9%, praticamente o dobro dos bolivianos. E se olharmos este dado sob a perspectiva de gênero, temos uma maioria absoluta de homens casados com brasileiras, pois constatou-se apenas uma mulher casada com brasileiro.

No que tange à passagem pelo Albergue, apenas 7,4% a efetuaram, o que pode ser considerado uma porcentagem baixa, em razão dos mesmos argumentos já elucidados acima.

Peruanos

Os peruanos apresentam alguns dados com significativas diferenças em relação aos dois grupos anteriores. Dos 153 registros consultados foi possível auferir as seguintes especificidades: a primeira é em relação à composição de sexo, apresentando uma acentuada presença masculina, totalizando 68,6% e 31,4% de mulheres. A segunda é em relação ao acentuado número de solteiros em relação aos casados, ou seja, os primeiros representam 63,7%, enquanto os segundos atingem 26,7%. A terceira é em relação à ocupação profissional, em que o artesanato ocupa o primeiro lugar. Porém, a faixa etária predominante no grupo coincide com os grupos anteriormente citados, ou seja, a maioria enquadra-se entre os 18 e 44 anos de idade.

Quanto à origem destes imigrantes uma

grande maioria apontou a capital Lima como ponto de partida, seguida por Arequipa, Cuzco, Tacna, Puno, Trujillo, entre outras. O grau de escolaridade aponta para um nível médio e a ocupação mais recorrente é a do artesanato incluindo o comércio ambulante, seguida pela costura e pelos serviços, como mecânica, pintura, marcenaria, técnicos de eletrônica, medicina, entre outros. O local de residência mais recorrente também são os bairros centrais da cidade como o Brás, Bom Retiro, Santa Cecília, Cambuci, Bela Vista, e outros como Perdizes, Butantã, Itaim Bibi e Tatuapé.

Com relação ao item filho brasileiro a recorrência é bem menor em relação aos bolivianos e paraguaios, 11,0% do total de registros. Já em relação a passagem pelo albergue o índice é bem maior, ou seja, 26,7%, o que poderia estar indicando uma certa fragilidade das redes sociais no interior do grupo.

A seguir veremos três outros países que integram o denominado Cone Sul: Chile, Argentina e Uruguai.

Chilenos

Os chilenos, como o segundo grupo mais numeroso em São Paulo, apresentam uma trajetória diferenciada em relação aos bolivianos, paraguaios e peruanos. Isto porque grande parte deles emigrou durante os anos de repressão política, ou seja, a partir da década de 70. Alguns fatores contribuíram para que a inserção dos mesmos fosse diferenciada. O primeiro se deve ao nível de escolaridade, o qual é superior aos grupos analisados anteriormente. O segundo se deve ao elemento étnico, uma vez que a maioria deles tem a pele branca e, o terceiro se deve à posição econômica que o Chile ocupa em relação ao Brasil.

Assim sendo, vejamos as especificidades deste grupo através dos dados levantados em 511 registros. A composição em relação ao sexo indica uma maioria expressiva dos homens (61,0%) sobre as mulheres (39,0%). A faixa etária predominante é a que se situa entre os 18 e 44 anos, apontando, porém, um considerável número de pessoas entre os 45 e 54 anos de idade, ou seja, 13,4%. Já a situação do grupo em relação ao estado civil indica um certo equilíbrio entre solteiros

(43,8%) e casados (39,2%), mesmo considerando como casados aqueles que declararam conviver com alguma pessoa, o que significa 10,3%.

No que se refere à origem dos chilenos, os dados apontam para uma predominância de Santiago (Capital), seguida por Valparaíso, Antofagasta, Concepción, Arica, Iquique, Viña del Mar, entre outros, conformando, assim, a tendência presente nos grupos anteriores de um processo migratório dentro de cada país, isto é, de um centro urbano menor para um maior, em geral a capital do país. O nível escolar destes imigrantes enquadra-se em sua maioria dentro de um padrão médio e superior, uma vez que as atividades profissionais mais recorrentes são as relacionadas ao comércio, ao artesanato, aos serviços, como os de mecânica, funilaria, técnicos, médicos, professores, pintores, músicos e outras profissões liberais, como engenheiros, desenhistas, etc. Vale notar, no entanto, que a atividade da costura também aparece, sobretudo nos últimos anos, o que pode ser um indicador importante para a análise do processo de transformação econômica, o qual acaba por afetar todos os grupos como um todo. Os locais de residência mais recorrentes apontam para alguns bairros considerados mais residenciais, como o Ipiranga, o Butantã, a Moóca, Pinheiros, Santana, Casa Verde, Saúde e outros bairros periféricos como Itaquera, São Miguel e Guinazes. Porém, há uma presença significativa de chilenos nos municípios do ABCD paulista, como Santo André, São Bernardo, bem como outros municípios da grande São Paulo, como Barueri, Taboão da Serra, Campo Limpo, Osasco, Guarulhos, Jundiaí, entre outros.

A recorrência de um filho brasileiro também é significativa, 23,9%. Em relação ao casamento ou convivência com brasileiros, o índice é de 7,9%. Porém, no que diz respeito à passagem destes imigrantes pelo albergue o número é modesto, apenas 9,5% dos casos.

Argentinos

Os argentinos apresentam alguns dados semelhantes aos dos chilenos, como a composição por sexo, apresentando um percentual de 74,2% de homens e 25,7%



Foto: Sidney A. da Silva

de mulheres; a distribuição das faixas etárias, com um ligeiro aumento dos que se enquadram na faixa dos 45 a 54 anos de idade (17,9%), as atividades ocupacionais e a escolaridade. Porém, os dados apontam para algumas especificidades, como o alto percentual de pessoas que passaram pelo albergue, 42,1% dos 171 registros consultados, situação esta que se repete também entre os uruguaios. Outro dado que aparece pela primeira vez nos grupos analisados até agora, é a condição de uma parte desses imigrantes em relação ao seu estado civil, ou seja, a condição de divorciado, atingindo 9,0% do total.

No que diz respeito à origem destes imigrantes, grande parte apontou Buenos Aires, seguida por Córdoba, Rosário, Mar del Plata e Santa Fé. O nível escolar médio indica que grande parte completou o segundo grau e uma parte menor o nível superior. As ocupações mais recorrentes são o artesanato, o magistério, os serviços, como técnico em eletrônica, mecânica, pintura, carpintaria, serviços em restaurantes, cabeleiros, músicos, artistas e profissionais liberais como engenheiros, médicos e outros. Os locais de residência mais recorrentes são os bairros centrais e outros como Itaim, Santo Amaro, Penha, Tatuapé, Itaquera, Saúde, Aclimação e municípios

vizinhos como o Embú, Itapeirica da Serra, São Bernardo, Suzano entre outros. A recorrência de um filho brasileiro é pequena, 10,5% do total de registros, bem como o número de pessoas casadas com brasileiros(as), 4,5% dos casos.

Uruguaios

Entre os uruguaios a variação que pode ser ressaltada com maior evidência é a distribuição das faixas etárias, uma vez que sugere uma população de imigrantes mais envelhecida, sobretudo na faixa que compreende entre os 45 e 54 anos de idade, ou seja, 25,0%. Nos demais itens há uma certa equivalência entre os dados apresentados sobre o Chile, seja no que se refere à composição por sexo, apresentando um percentual de 69,0% de homens e 31,0% de mulheres, seja em relação ao filho brasileiro, atingindo 20,6% dos 126 registros consultados, seja em relação ao estado civil, com uma predominância dos solteiros (50,4%) sobre os casados (29,9%), situação próxima àquela dos argentinos, bem como ao número de pessoas casadas com brasileiros(as), totalizando 5,6%.

Em relação ao item origem, grande parte dos mesmos apontou a Capital do país, Montevidéu, como ponto de partida, seguida por Rivera, Salto, Ijuí, Artigas e

outras. Os dados sobre o nível escolar sugerem que a maioria deles cursou até o segundo grau, e uma parte a universidade. Os locais de residência mais recorrentes indicados por estes imigrantes foram: os bairros da Moóca, Santa Cecília, Paraíso, Ipiranga, Cerqueira Cesar, Santo Amaro, e municípios vizinhos como o Embú e São Bernardo do Campo. As profissões que mais aparecem são as de carpinteiro, pintor, vendedor, artesão, professor, mecânico, arquiteto e outras atividades relacionadas aos serviços. Vale notar que, embora o grupo como tal não esteja envolvido com a atividade da costura, apareceram, no entanto, três casos. E quanto à passagem destes imigrantes pelo albergue, o número também é expressivo, 34,1% do total geral.

OS HISPANO-AMERICANOS E O MERCADO DE TRABALHO

Os dados explicitados acima nos revelam que a inserção dos hispano-americanos no mercado de trabalho paulistano se dá de forma diferenciada, embora no caso dos bolivianos e dos paraguaios esses grupos tenham pontos em comum, como é a forma de contratação e de trabalho nas pequenas confecções da cidade. Porém, mesmo neste caso específico, as relações de trabalho adquirem especificidades em cada grupo, tornando, assim, perigoso fazer qualquer tipo de generalização.

É bom lembrar, entretanto, que a dinâmica de reprodução sócio-econômica das pequenas confecções nivela a todos, empregados e empregadores numa relação de subordinação à lógica de reprodução do capital, cada vez mais globalizado. Se por um lado a ausência de regras formais para reger as relações de trabalho nas pequenas confecções enseja toda e qualquer forma de exploração desta mão-de-obra, por outro, verifica-se que as formas de se resolver os conflitos entre patrões e emprega-

dos são diferenciadas de um grupo para outro.

Nesse sentido, os registros que consultamos trazem no seu verso relatos de vários conflitos entre empregados e empregadores, sobretudo entre os bolivianos. Constata-se com muita frequência casos de oficinistas que trazem seus compatriotas para trabalhar nas suas oficinas sem lhes pagar nada, depois de meses e até de anos de trabalho. Tudo o que o costureiro produz é anotado num caderno do patrão, ao qual o empregado não tem acesso. Desta forma, o oficinista investe o dinheiro de seus empregados em novas máquinas, aumentando sempre mais o seu empreendimento, ou até mesmo na construção da sua própria casa. Porém, na hora do acerto de contas, eles afirmam não ter o dinheiro para fazê-lo, aprofundando, assim, a dependência dos empregados em relação aos seus empregadores.

Entre os paraguaios, entretanto, não foi constatado nenhum caso semelhante, o que nos possibilita levantar a hipótese de que as relações de trabalho entre eles sejam regidas por outros critérios, ou ainda, que estes trabalhadores se utilizem de outras instâncias para resolver os seus conflitos de trabalho, não necessitando da intermediação da Pastoral. Importa sinalizar, entretanto, ainda um outro aspecto que me parece revelador, ou seja, a coesão do grupo propiciada por uma cultura e língua comuns, o guarani. Talvez este elemento mereceria uma maior atenção em nossa análise, o que não é possível fazê-lo no âmbito deste trabalho.

A complexidade das relações de trabalho entre estes imigrantes pode ser ainda explicitada através de um fato recente, ou seja, com a aprovação da lei de anistia no dia 29 de junho de 1998¹, surgiu uma grande preocupação entre os oficinistas em relação a um possível movimento reivindicatório de direitos trabalhistas por parte dos costureiros, pois a partir da legalização dos mesmos os patrões deveriam registrar as suas carteiras de trabalho, pagando-lhes todos os direitos contemplados na CLT, inclusive os retroativos. Porém, vale ressaltar a prolongada crise pela qual passa o setor da confecção, em que os preços pagos por peça ao oficinista caíram consideravelmente nos

últimos dois anos, tornando, assim, ainda mais perversa a relação entre capital e trabalho neste setor do mercado de trabalho. Nesse sentido, pode-se dizer que a regulamentação destes trabalhadores não mudará substancialmente a qualidade de vida dos mesmos, pois terão que ajustar-se às leis do mercado se quiserem continuar trabalhando neste tipo de atividade. Frente a esta possibilidade uma costureira afirmou categoricamente que "é melhor trabalhar sem a carteira registrada do que perder o emprego". Outros manifestaram, porém, o desejo de conseguir um outro emprego, de acordo com as profissões exercidas no país de origem

Pode-se dizer, contudo, que mesmo a despeito dos baixos preços pagos por peça aos costureiros e a não concessão de direitos já garantidos pela CLT, o que se observa, na verdade, é que este mercado de mão-de-obra continua dinâmico e atraindo novos costureiros. Porém, com uma diferença: as exigências para a contratação aumentaram. Uma delas é ter experiência neste tipo de atividade. Num domingo que passei pela praça do Pari, um coreano distribuía pequenos anúncios de trabalho dizendo: "Se necesita costureros con mucha práctica".

Tal exigência sinaliza as transformações pelas quais passa o mercado de trabalho global, as quais afetam de igual forma as pequenas confecções, tidas até então como "artesanais". Se por um lado se exige dos trabalhadores uma certa especialização para atender as exigências dos empregadores, o mesmo pode-se dizer destes últimos, que precisam recorrer aos avanços tecnológicos para responder às exigências de um mercado cada vez mais competitivo, o qual exige qualidade com custos cada vez mais ínfimos.

Se para os costureiros(as) a questão central é preservar o emprego a despeito da superexploração que se faz de sua mão-de-obra, para os outros imigrantes mais qualificados, como é o caso dos chilenos, uruguaios e argentinos, o problema atual é onde encontrar um emprego de acordo com sua qualificação profissional. Os registros apontaram para a tendência de um crescente desemprego e empobrecimento de imigrantes que anteriormente exerciam as suas profissões, sendo agora obrigados a

sujeitar-se a qualquer tipo de trabalho. O trabalho autônomo em algum ramo do comércio ambulante, dos serviços como trabalhar em restaurantes ou dar aulas de espanhol, pode ser uma saída para muitos. Outra opção é abrir uma oficina de costura, setor este onde havia uma certa predominância de bolivianos e paraguaios, e que agora já é possível encontrar também chilenos.

Animados pelas notícias positivas de seus países de origem, outros buscam no retorno uma forma de reconstruírem as suas esperanças num futuro melhor, como é o caso dos chilenos e paraguaios. No entanto, ao retornarem encontram um país transformado e com poucas opções de inserção no mercado de trabalho. Além disso devem enfrentar o problema da adaptação de seus filhos brasileiros numa outra cultura, o que em alguns casos acaba por inviabilizar tal possibilidade.

O alto índice da passagem de argentinos e uruguaios pelo albergue que acolhe os migrantes na cidade de São Paulo, a AVIM, é um indicador do empobrecimento pelo qual vem passando estes imigrantes, cujo processo, na verdade, iniciou-se em seus países de origem e se aprofundou no país de destino. O caso de um uruguaio que perdeu todos os bens em razão do prolongado desemprego e recorreu sete vezes à Pastoral do Migrante em busca de ajuda para pagar o aluguel e buscar um emprego, é um exemplo cabal de tal processo. Por outro lado pode estar indicando também a fragilidade das redes sociais no interior da comunidade, cujo fenômeno deve ser analisado também a partir de uma clivagem de classe.

Outro fato sinalizador desta realidade é a circularidade dos mesmos entre as grandes cidades brasileiras, particularmente entre as capitais, em busca de trabalho. A circularidade da mão-de-obra seja ela qualificada ou não, apresenta-se, portanto, como uma tendência, particularmente para as migrações não-documentadas, pois trata-se em primeiro lugar de uma estratégia de reprodução ampliada do capital, e em segundo, de um grande negócio para os grupos envolvidos neste "tráfico de mão-de-obra" (Hugo, 1998:9; Silva, 1998:27). Nesse sentido, observa-se que as trajetórias dos imigrantes hispano-americanos que

trabalham no ramo da costura se pautam cada vez mais pela instabilidade, propiciada por um mercado de trabalho cada vez mais competitivo e sujeito aos altos e baixos da economia global.

OS HISPANO-AMERICANOS E O PROCESSO DE SUA INTEGRAÇÃO SÓCIO-CULTURAL

Em um mundo cada vez mais globalizado a questão da integração dos migrantes ganha uma certa relevância, isto porque uma maior circularidade de pessoas pelo planeta coloca-as numa situação de mútuo estranhamento, explicitando, por um lado, e remarcando, por outro, as diferenças étnico-culturais de cada grupo.

Em São Paulo a presença hispano-americana tornou-se expressiva nos últimos anos, e, portanto, é impossível que a mesma passe despercebida, mas ao contrário, novos espaços vêm sendo conquistados por estes imigrantes, seja em termos de mobilidade social, de expressão cultural e de participação política².

Vale lembrar, entretanto, que a questão da integração dos imigrantes hispano-americanos coloca-se de maneira diferenciada, pois a conjugação de vários fatores contribuem para que a inserção de cada grupo apresente características próprias. Entre estes fatores destacamos a posição econômica e política que cada país ocupa em relação ao Brasil, bem como fatores de ordem étnica e cultural. Isto significa que para os imigrantes menos qualificados, oriundos de países mais pobres em relação ao Brasil e com um alto percentual de pessoas com ascendência indígena, a sua socialização se dá de forma igualmente perversa como aquela oferecida aos migrantes internos, particularmente aos nordestinos. Isto significa que a luta pela sobrevivência se coloca de forma igualmente exigente para todos. Porém, para os imigrantes mais pobres, como é o caso dos bolivianos, paraguaios e peruanos, esta socialização apresenta um agravante a mais, ou seja, além das barreiras de ordem legal, expressa na dificuldade para docu-

mentarem-se, pesa sobre eles também vários estigmas, tornando ainda mais desiguais e desafiadoras as suas trajetórias na cidade.

Em outros contextos, como o europeu, o que se observa é a transformação de um problema econômico em um problema racial, pois a categoria de "etnia" tende a ser recoberta pela de "raça". Nesse sentido, os migrantes passam a ser responsabilizados pelos problemas sociais, tais como o desemprego, a alta dos preços, a violência, a prostituição, o tráfico de drogas, entre outros. Um exemplo emblemático dessa realidade são os estigmas atribuídos aos bolivianos em São Paulo, os quais são vistos pelo senso comum e pela mídia como possíveis "traficantes", gente de "pouca cultura", de origem indígena e de pele morena (Silva, 1997:185-192). Da mesma forma os paraguaios são vistos como "muambeiros", e os peruanos como "pessoas que se dedicam ao furto".

Assim sendo, no Brasil as desigualdades sociais tendem a tornar cada vez mais explícitas as diferenças de ordem étnica e cultural, transformando-as em estigmas³. No entanto, a questão central que se apresenta igualmente desafiadora para todos é como garantir o exercício da cidadania, uma vez que, a maioria dos brasileiros não tem os seus mínimos direitos garantidos pelo Estado, como o direito à moradia, à saúde, à educação, ao seguro desemprego, entre outros. Temos, na verdade, uma situação de "cidadania regulada", onde o que prevalece são as relações de favor e de apadrinhamento, que são estabelecidas entre grupos dominantes e populações empobrecidas.

Num contexto de integração de blocos econômicos, como é o caso do Mercosul, cabe indagar sobre os possíveis desdobramentos que a questão dos direitos dos imigrantes tomará neste espaço político ampliado. Na verdade as fronteiras geográficas e políticas deveriam "desaparecer" para dar lugar a uma maior circulação não só de mercadorias, como sugere o próprio nome do tratado, mas também de oportunidades e bens culturais para toda a população. No contexto europeu, a admissão de uma "cidadania européia", expressa num passaporte comum a todos, parece caminhar nesta direção. No entanto, sempre

é complicado falar em equiparação de direitos envolvendo nações com diferenças tão acentuadas, como é o caso das que conformam o Mercosul, sobretudo na atual conjuntura em que se fala na "flexibilização" das leis trabalhistas, com a perda de direitos adquiridos.

Para Gustavo Lins Ribeiro, porém, já seria possível pensar numa "cidadania transnacional", alargando assim o conceito de Estado Nação, o qual não estaria mais limitado a um território específico. Ao analisar o caso dos imigrantes brasileiros em São Francisco(USA), o autor constatou que o crescente número de brasileiros no exterior e o volume de remessas enviadas anualmente ao Brasil, provocou o governo brasileiro a tomar algumas iniciativas. Entre elas, destaca-se a possibilidade do emigrante participar no processo político do seu país através do voto, a oferta de vários serviços de apoio, como a elaboração de "cartilhas" de orientação ao imigrante brasileiro, fornecidas pelos Consulados localizados nos lugares onde eles residem. Vale ressaltar que tais cartilhas foram sugeridas pelos Conselhos de Cidadãos, instituídos pelos referidos Consulados (Ribeiro, 1998:17-18).

A proposta de Ribeiro apresenta-se, portanto, auspiciosa, uma vez que a preocupação do governo brasileiro com os seus cidadãos no exterior, exigindo do país receptor um melhor tratamento aos seus emigrados, abre a possibilidade de se exigir do mesmo um tratamento recíproco também para os imigrantes residentes no Brasil. Nesse sentido, a sensibilidade e a discussão de tais direitos deverão se fazer cada vez mais presentes nas agendas dos encontros internacionais, transformando-se em acordos multilaterais ou bilaterais. E para que isto deixe de ser apenas uma hipótese, a pressão dos grupos de imigrantes e das organizações não governamentais (ONGs) assume um papel fundamental.

Em primeiro lugar, é preciso admitir que o potencial de organização está presente em todos os grupos de migrantes, porém, de forma diferenciada. Pois, é preciso considerar os vários fatores históricos presentes no processo de sua inserção em um determinado contexto social. Em segundo lugar, é notória a diferença entre

a inserção de um grupo de imigrantes oriundos de países que ocupam uma posição subalterna ao país receptor, como é o caso dos bolivianos, paraguaios e peruanos no Brasil. Ao contrário desses últimos, aqueles oriundos de países considerados “desenvolvidos”, recebem um tratamento diferenciado, a começar pela sua entrada no país via aeroporto.

Vale ressaltar, no entanto, que o processo organizativo de cada grupo é mais ou menos efetivo de acordo com os problemas enfrentados pelos mesmos, e a partir dos interesses que o grupo passa a veicular em busca de uma maior ou menor visibilidade. Um Caso exemplar estudado por Silva (1998), mostrou que um grupo de imigrantes bolivianos só passou a se organizar para defender os seus interesses, a partir do momento em que a imprensa local começou a relacionar o grupo como um todo com a utilização de mão-de-obra “escrava”, veiculando, assim, uma imagem extremamente negativa dos mesmos. Nesse sentido, a construção de uma nova identidade social tornou-se uma das questões centrais para o referido grupo.

Entre as formas adotadas por eles para propiciar este processo de recriação de identidades estão a valorização das línguas originárias, como o quêchua, o aimará e o guarani, elementos do folclore, como as várias danças regionais, e, sobretudo, as festas devocionais, seja entre bolivianos, chilenos, paraguaios e peruanos. Nesse sentido, no mês de julho para os chilenos e agosto para os bolivianos, temos um ciclo de festas marianas realizadas no espaço da Pastoral do Migrante, em que vários elementos aferidores de identidades são veiculados por estes grupos com trajetórias diferenciadas.

Um exemplo disto é a grande expressividade que as festas bolivianas vêm ganhando nos últimos anos em São Paulo. Na Igreja N. Sra. da Paz são realizadas duas festas: a de N. Sra. de Copacabana (06 de agosto) e de N. Sra. de Urkupiña (15 de agosto), onde se reúnem cerca de mil pessoas em cada uma delas. Para cada festa é escolhido um “pasante” ou festeiro que se encarrega de preparar a festa, a partir de uma forma de organização própria (Silva, 1997:237).

Diferentemente das festas bolivianas,

a festa chilena em louvor à Nossa Senhora do Carmo (16 de julho) é organizada por várias pessoas que participam da Pastoral, algumas, inclusive, desde o início da mesma. Esta festa começou a ganhar visibilidade, no entanto, a partir de 1996, quando apareceram também alguns conflitos, em razão da apresentação de algumas danças folclóricas, entre elas a “diablada”, dança originária da região das minas da

Bolívia.

Segundo alguns bolivianos, os chilenos estariam se apropriando também do seu folclore, além de já ter se apropriado do seu litoral em 1879. No entanto, um chileno se justificou publicamente dizendo que “o folclore não tem fronteiras”, e que “o importante é a união dos povos”.

Os paraguaios, por seu turno, também celebram a festa da sua padroeira N. Sra.

Foto: Sidney A. da Silva



de Caacupê, no dia 08 de dezembro, porém, de forma mais modesta. Vale notar que esta festa, também realizada no espaço da Pastoral do Migrante, parece estar ganhando um novo impulso a partir de estratégias adotadas por outros grupos, como é o caso dos novenários em família.

Se para os bolivianos, chilenos e paraguaios o espaço da Pastoral é um lugar de recriação cultural e de identidades, o mesmo não se dá com os peruanos, uruguaios e argentinos, cuja participação dos mesmos é mínima, e, em alguns momentos, inexistente. No caso peruano, este grupo se reúne pelo menos duas vezes por ano para celebrar as festas de seus santos(as), numa igreja cujo nome é o mesmo da sua padroeira, Santa Rosa de Lima. Esta festa é celebrada no dia 23 de agosto, quando se realiza também um festival de danças e comidas típicas envolvendo outros países. Porém, a festa mais concorrida pelos peruanos é a do Senhor dos Milagres, realizada no último sábado do mês de outubro. A não participação dos mesmos em eventos culturais e religiosos da Pastoral do Migrante poderia estar relacionada a duas hipóteses: a primeira se deve à desconfiança gerada por razões de ordem política atinentes aos problemas do país de origem. A Segunda poderia estar relacionada ao preconceito dos bolivianos em relação aos mesmos, pois, segundo alguns bolivianos, eles estariam se dedicando a atividades ilícitas em São Paulo, além de se fazerem passar por bolivianos, em razão das semelhanças físicas. Nesse sentido, os estereótipos construídos pelos brasileiros em relação aos peruanos, estariam sendo transferidos também aos bolivianos. Por outro lado, a não busca de visibilidade pode ser considerada também parte das estratégias de mobilidade construídas pelos imigrantes de forma individualista, como uma forma de autoproteção social dos estigmas que são atribuídos ao seu grupo pela sociedade local (Silva, 1997:194).

Já no caso argentino e uruguaio a não participação pode estar relacionada a questões de outra ordem, ou seja, de classe social e de orientação religiosa, em que os níveis de participação em sacramentos da Igreja Católica é baixo. Isto revela que estes grupos dispõem de outros espaços de sociabilidade na cidade, como bares, res-

taurantes e clubes, como é o caso do "Rancho Uruguayo", localizado na zona sul da cidade. No entanto, tais grupos começam a valorizar um espaço de manifestação cultural criado pela Pastoral do Migrante em 1989, denominado então de "Show Latino-americano", e que a partir de 1998 passou a ser denominado de "Festa Internacional das Nações", uma vez que vários países, além dos hispano-americanos, passaram a participar de tal evento. A ampliação de tal espaço expressa na verdade, por um lado, a proposta universalizadora da Igreja Católica, e, por outro, a sua preocupação com as especificidades culturais, pois é nesse campo que está em jogo a sua complexa proposta da "inculturação"⁴. Para os imigrantes, entretanto, os seus interesses estão voltados mais para a reafirmação de suas diferenças, do que para a sua diluição, tornando-as, assim, em traços diacríticos das várias identidades em jogo.

CONCLUSÃO

Ao finalizar este trabalho sobre os hispano-americanos em São Paulo, os dados aqui analisados nos sugerem algumas conclusões preliminares, as quais mereceriam um aprofundamento posterior, em razão dos poucos trabalhos existentes sobre o tema.

Entre as várias questões que nos foi possível auferir nos dados analisados, destacamos uma tendência presente nos vários fluxos migratórios na América Latina, qual seja, a da migração dos grandes centros urbanos, em geral a capital dos respectivos países, para outros centros latino-americanos, como é o caso de São Paulo, Buenos Aires, Santiago do Chile, entre outros. Isto supõe um processo migratório dentro do próprio país, seja rural-urbano ou urbano-urbano. E para que estes fluxos possam se manter, vale destacar o papel das redes sociais, cuja interligação entre os que partiram e os que ficaram constitui-se num elemento vital para a continuidade de tais fluxos, bem como para a construção de estratégias de mobilidade social e de reconstrução de identidades no país de destino.

Em sendo assim, os dados nos revelaram que entre alguns grupos analisados neste trabalho, como são os casos dos ar-

gentinos, uruguaios e peruanos, tais redes podem ser menos acionadas pelos imigrantes, deixando-os desprotegidos numa grande cidade como São Paulo. O alto número dos que passaram pelo albergue em cada grupo, 42,1%; 34,1% e 26,7% respectivamente, poderia confirmar tal afirmação.

Nesse sentido, vale destacar o papel das igrejas no processo de inserção dos (i)migrantes no meio urbano, sobretudo no que diz respeito à organização, à recriação de identidades e à defesa de direitos fundamentais dos mesmos. A Pastoral dos Latino-americanos em São Paulo é, portanto, um exemplo disto, a qual desde o período da repressão política constituiu-se num espaço de encontro, de orientação jurídica e de organização dos imigrantes, inicialmente como foi o caso dos chilenos e outros. Atualmente, este espaço é amplamente disputado por vários grupos, pois o mesmo passou a ser uma espécie de "vitrine" através da qual cada grupo procura reapresentar e remarcar as suas diferenças culturais em alguns eventos, como é o caso da "Festa Internacional das Nações". Para ilustrar esta realidade, vale citar a fala de um boliviano diretor de um grupo folclórico, o qual argumentou que a Pastoral "é um outro Memorial da América Latina em São Paulo".

O espaço aberto aos (i)migrantes pelas igrejas, além de revelar o interesse das mesmas em difundir os seus projetos evangelizadores, pode estar sinalizando, portanto, o quão problemática é a inserção dos (i)migrantes num contexto sócio-cultural diverso e adverso. Os elevados índices de pessoas que optaram por ter mais um filho no Brasil ou por um matrimônio com cônjuges brasileiros, como é o caso dos paraguaios, parecem ser reveladores na medida em que indicam as dificuldades de se enquadrar dentro das leis do país receptor, ou ainda, podem estar indicando uma tendência exogâmica dentro do grupo.

Poderíamos apresentar, ainda, como perspectivas para os vários grupos analisados as seguintes possibilidades. Em primeiro lugar, em se fortalecendo o processo de integração regional, poderíamos apontar como uma tendência o aumento da circularidade de pessoas qualificadas sem nenhuma restrição entre os países envol-

vidos em tal processo. Entretanto, o mesmo não se daria com os bolivianos, que participam na condição de associados e dos peruanos, que não participam de tal processo, os quais continuariam emigrando para o Brasil e enfrentando o problema da indocumentação, uma vez que grande parte deles se enquadra no perfil de uma mão-de-obra pouco qualificada e se direciona para setores específicos do mercado de trabalho. No caso peruano, vale ressaltar ainda que estes além de se concentrarem na região Sudeste, estariam se concentrando também ao Norte do país. Com relação aos paraguaios e, particularmente, chilenos, temos uma certa estagnação e, poderíamos até dizer, diminuição do fluxo, pois o retorno ao país de origem tem sido uma opção cogitada por vários deles. No entanto, a reemigração tem sido também observada em muitos casos, especialmente entre os que trabalham no ramo da costura, por se tratar de um setor onde a oferta de trabalho se dá com maior intensidade em alguns períodos do ano e depende das oscilações do mercado.

Outra possível tendência é o aumento da presença de mulheres nos fluxos migratórios, a possibilidade de mais pessoas optarem pela formação de uma família em São Paulo, seja com parceiros(as) do mesmo grupo de conacionais ou com brasileiros(as), pois para a maioria dos jovens o retorno ao país de origem só seria visualizado na medida em que fosse possível retornar com algum capital e iniciar o seu próprio negócio. No entanto, as possibilidades de mobilidade social e econômica parecem ser melhor visualizadas em São Paulo, em razão das oportunidades oferecidas pelo mercado, e, na medida que conseguirem combinar trabalho familiar e a contratação de mão-de-obra dos próprios compatriotas.

A precarização das relações de trabalho parece ser outra tendência, seja por razões exteriores ao contexto local, ditas pelo processo de reprodução do capital em nível global, seja por outras questões conjunturais, como a falta de documentos, seja pelo caráter étnico-cultural que tais relações podem adquirir, contribuindo, desta forma, para aprofundar ainda mais os níveis de exploração da força de trabalho, como é o caso das pequenas

confeccões.

Não obstante o cenário desalentador para os (i)migrantes mais pobres, em razão de um maior controle das fronteiras, das exíguas ofertas de empregos e da sua precarização, do crescente preconceito em alguns países da região, numa tentativa de responsabilizá-los pelos problemas econômicos atuais, vale lembrar, no entanto, que a integração dos povos antecede e extrapola os tratados oficiais, pois os mesmos não dão conta de captar as especificidades e contradições inerentes em tais processos.

* *Sidney Antonio da Silva é antropólogo e Diretor do CEM.*

NOTAS

1. O governo brasileiro concedeu três anistias a partir dos anos 80, uma em 1981, outra em 1988, e a última, lei 9.675 de 29 de junho de 1998. Vale notar que o número de pessoas que se beneficiaram dessa anistia pode ser considerado muito aquém do montante alcançado pela anistia anterior. Em 1988, foram 30 mil imigrantes e em 1998, 39.131 mil (SRE/DPMAF). Vários fatores podem ter contribuído para isto, sobretudo entre os bolivianos. Entre eles destacamos o custo da documentação (R\$ 120,00 por pessoa), bem como a falta de recursos para fazê-lo, em razão do não pagamento dos empregados; a não permissão dos empregadores para que seus empregados fornecessem o endereço de sua oficina de costura, temendo uma fiscalização posterior; a perspectiva de uma possível volta a curto prazo ao país de origem; o medo de se apresentarem à Polícia Federal, particularmente entre aqueles que foram autuados pela mesma anteriormente, e, finalmente, no caso dos menores de idade, a morosidade do processo de concessão da guarda provisória pela Justiça.
2. Nas eleições de 1998, havia um paraguaio naturalizado brasileiro candidato à deputado estadual pelo Estado de São Paulo.
3. Pode-se dizer que existe no Brasil uma intolerância latente em relação aos estrangeiros, a qual pode tornar-se mais ou menos explícita, de acordo com a conjuntura. O crescente desemprego enfrentado pela sociedade brasileira passou a ser justificativa para tal atitude. A declaração do apresentador do telejornal da Record sobre a concessão da lei de anistia aos estrangeiros, é um exemplo disto. Para ele, é um absurdo o governo brasileiro anistiar estrangeiros indocumentados num momento de acentuado desemprego, pois estes estariam "roubando" os empregos dos brasileiros.
4. Tal proposta insere-se dentro da preocupação da Igreja Católica em traduzir a mensagem do Evangelho nas culturas particulares. No entanto, este conceito apresenta várias implicações de ordem teórica, na medida em que procura preservar ao mesmo tempo o universal e o particular, o idêntico e a diversidade, temendo, porém, a dissolução da mensagem. Cf. Paula Monteiro, "A universalidade da Missão e a particularidade das culturas" In:

Entre o Mito e a História: o V centenário do descobrimento da América. Paula Monteiro (Coord.) Petrópolis, Vozes, 1996, pp.31-135.

BIBLIOGRAFIA

- APPADURAI, Arjun
(1997) "Soberania sem Territorialidade: notas para uma geografia pós-nacional". In: *Novos Estudos CEBRAP*, nº 49, novembro, pp.36-46.
- BAPTISTA, Dulce M. T.
(1998) Nas Terras do "Deus Dará"- Nordestinos e suas redes sociais em São Paulo. Tese de Doutorado em Ciências Sociais. São Paulo, PUC. (mimeo)
- BEVILAQUA, Maria Edith G. O.
(1992) Estrangeiros: Peregrinos da América. Os Latino-americanos do Cone Sul (argentinos, chilenos e uruguaios) no Brasil de São Paulo (São Paulo e Campinas) 1970-1990. Dissertação de Mestrado em Antropologia Social, Unicamp. (mimeo)
- GRAEME, Hugo
(1998) "Migrações Internacionais não-documentadas: uma tendência global crescente". *Travessia-Revista do Migrante*, nº 30, janeiro-abril, pp. 5-12.
- KOLTAI, Caterina (org)
(1998) *O estrangeiro*. São Paulo, Escuta/FAPESP.
- LODIGIANI, R. Zandrini, S.
(1995) "Il caso Peruviano" In: *L'integrazione Subalterna: Peruviani, Eritrei e Filippini nel mercato del lavoro milanese*. Quaderni I.S.MU, Milano, 3/ pp. 24-42.
- MÁRMORA, Lelio
(1997) *Las Políticas de Migraciones Internacionales*. Buenos Aires, Alianza.
- RIBEIRO, Gustavo Lins
(1998) "Goiânia, Califórnia. Vulnerabilidade, ambiguidade e cidadania Transnacional". In *Série Antropológica*, 235, UnB, Brasília.
- SALES, Teresa
(1998) "Brasil - Massachusetts- Cenas de um processo migratório". In: *O Fenômeno Migratório no Limiar do 3º Milênio. Desafios Pastorais*. São Paulo, Vozes, 1998, pp.55-67.
- SILVA, Sidney A. da
(1997) *Costurando Sonhos. Trajetória de um grupo de imigrantes bolivianos em São Paulo*. São Paulo, Ed. Paulinas.
- SILVA, Sidney A. da
(1998) "Clandestinidade e Intolerância. O Caso dos bolivianos em São Paulo". In: *Travessia-Revista do Migrante*, nº 30, janeiro/abril, pp.25-29.
- SPRANDEL, Marcia A.
(1998) "Brasileiros do além-fronteira: Paraguai" In *O Fenômeno Migratório no Limiar do Terceiro Milênio: Desafios Pastorais*. São Paulo, Vozes, pp.113-138.
- VAINER, Carlos B.
(1996) "A Violência como fator Migratório: silêncios teóricos e evidências históricas". In *Travessia-Revista do Migrante*, nº 25, maio/agosto, pp.5-9.
- VV.AA.
(1991) "Hispano-americanos, os presentes ausentes". In: *TRAVESSIA-Revista do Migrante*, nº 11, Setembro/Dezembro, pp.37-40.

DE FACILIDADES Y RESTRICCIONES POLÍTICAS INMIGRATORIAS ARGENTINAS DE LOS'90

*Adriana Villalón**

El examen de ciertas representaciones sobre lo que hace al estado nación argentino ser argentino a través de sus políticas inmigratorias es una vía de desnaturalizar reificaciones que hacen a la supuesta homogeneidad y solidez de los estados nacionales y que generan categorías construidas de soberanía e identidad nacional.

En el contexto del Mercosur la política argentina estatal actual revelaría ciertas contradicciones que se darían en ciertas facilidades administrativas dadas para la inmigración europea a través de "programas especiales", como en exclusiones que se manifestarían en supuestas trabas burocráticas y legales para los países del Mercosur como, por ejemplo, para obtener la documentación o acceder a la escolarización. Así, es interesante comentar las actividades y acusaciones hacia la política inmigratoria oficial por parte de algunos organismos defensores de los Derechos Humanos como el Centro de Estudios Legales y Sociales (CELS).

Estas migraciones latinas y europeas se articularían diferencialmente en las políticas inmigratorias argentinas que en diversas épocas - con diferentes contenidos, propuestas y modos de resolución - tuvieron como denominador común el interés por determinada inmigración y por lograr una nación homogénea, con trazos mayores o menores de preferencias raciales

y culturales, como también ideológico-políticas. Es decir, el carácter restrictivo de las políticas de atracción de población estuvo presente en el pensamiento inmigratorio argentino desde sus orígenes (Quijada, 1992; Villalón, 1997). No obstante predominan representaciones en torno a una "tradición de Puertas abiertas" como principal singularidad de la Argentina. Esta tradición integra la socialización escolar de todo argentino así como suele ser tema recurrente del discurso de agentes políticos y funcionarios de gobierno que animan y pretenden ratificar una cultura argentina de apertura sin discriminaciones. De este modo, la constitución Argentina contendría disposiciones que serían contradictorias: las "puertas abiertas" están simbolizadas en el Preámbulo constitucional argentino: "[...] para todos los hombres del mundo que quieran habitar el suelo argentino". A la vez su único artículo dedicado a la inmigración, el 25, sanciona concepciones sobre inmigración y políticas inmigratorias selectivas con una preferencia explícita por la inmigración europea: "Se fomentará la inmigración europea". Este artículo en las recientes reformas constitucionales de 1989 y 1994 se mantuvo.

Las políticas inmigratorias jugaran un rol básico en la constitución de la nación argentina respaldadas en interpretaciones sobre la identidad y homogeneidad nacional. La inmigración fue considerada un

instrumento esencial en la creación de una sociedad y una comunidad políticas modernas (Donghi, 1987) convocando a fines del siglo XIX la Gran inmigración europea (1880-1930). En los años 40-50 se aplicó una política inmigratoria que continuaba prefiriendo inmigración europea, principalmente españoles e italianos - dada su mayoría en la Gran inmigración. Luego, en el comienzo del siglo XX se buscará la asimilación de esa inmigración por medio de políticas argentinizadoras, entre las cuales las educativas tuvieron un papel específico. Argentina, como Brasil, era considerada por algunos de sus intérpretes como una "nación en formación" (Seyferth, 1996) lo que equivalía, según ciertas interpretaciones, a la consolidación del proceso de homogeneización argentino. Desde fines de 1950 se da un cambio en las procedencias inmigratorias reemplazándose las europeas por las limítrofes que se concentran en las zonas próximas a los países vecinos y en la Capital Federal, persistiendo su flujo hasta la actualidad con algunas oscilaciones durante la dictadura y crisis económicas:

"resultan alarmantes los saldos negativos de españoles e italianos correspondientes a 1965 y 1966 pues indican que nuestro país ha dejado de ser tierra de promisión para los países europeos que normalmente aportaban altas cuotas a la población"

argentina" (Rey Balmaceda, 1966).

Ciertas percepciones sobre la población nacional de décadas anteriores que se reiteran en la actualidad, tales como el "decaimiento racial" y la "inferioridad", eran asociados en debates sobre población de los años 30-50 con la población del interior del país - nativa e indígena, no cruzada con inmigración europea. La situación de esa población marginada y empobrecida por causas económicas y políticas era explicada con conceptos biologicistas o racializados. A su vez esta afirmación englobaba las representaciones del siglo XIX de que la inmigración europea debería perfeccionar y reemplazar a la población nativa y la preocupación de que la población no se habría homogeneizado porque aún existirían enclaves mestizos donde aquella inmigración no habría llegado. En relación a esto, en los 90 la preferencia, para unos, sería aún por europeos y el rechazo de limítrofes cuyas características fenotípicas permitirían asociarlos con los "mestizos" argentinos.

Así, el objetivo de este trabajo - que es parte de una investigación que está en sus primeras fases de realización - es analizar cómo se reactualizan representaciones anteriores sobre inmigración europea deseada y no europea rechazada, con protagonistas diferentes a los de la Gran inmigración de 1880-1930. Cómo estas reactualizaciones se relacionan con redefiniciones de las fronteras nacionales que permiten preguntar si los inmigrantes limítrofes vienen a ser los nuevos mestizos que no se desean, continuando así con las representaciones de años anteriores (1930-1950) en las que se desalentaba el crecimiento de estos últimos y se estimulaba la venida de inmigración europea para mejorarlos; y, si los europeos orientales son la

inmigración europea que la constitución fomenta.

Ambas migraciones conllevan distintas representaciones que expresan prejuicios construidos sobre la inmigración

ideal e indeseable. La primera estaría asociada con desempleo y delincuencia, la segunda con desarrollo y civilización y en estas incorporaciones y rechazos se jugarían fronteras culturales y políticas.

Foto: Dino Ceconi



Parte del proceso continuo de construcción y resignificación de identidades nacionales se da en esa redefinición de inmigrantes deseables y asimilables.

INSTITUCIONES Y POLÍTICAS

Actualmente existen varios organismos con diversas políticas e intereses para llevar adelante la tarea de control del movimiento humano. Podría dividirse el campo entre dos grandes grupos: uno es el de los organismos que responden a la política oficial general a pesar de sus diferencias entre sí, como el Ministerio del Interior, la Dirección Nacional de Migraciones (DNM) y el Ministerio de Relaciones Exteriores Comercio Internacional y Culto (MRECIC). En oposición a estos tenemos otras entidades que son críticas y vigilan el cumplimiento de la ley enfatizando el respeto por los derechos humanos como se la Organización Internacional para las Migraciones, la Asociación Cristiana y el Centro de Estudios Legales y Sociales (CELS)¹. Estas entidades tendrían distintas posturas en relación a la inmigración limítrofe, por un lado, este segundo grupo recurre a reglamentaciones internacionales como la de la "Convención Internacional sobre la Protección de los Derechos de todos los trabajadores Migratorios y de sus Familiares", aprobada en 1990 por la Asamblea General de las Naciones Unidas - que tiene por objetivo establecer normas mínimas de protección a los trabajadores migratorios y a sus familiares que sean reconocidas universalmente - para demostrar que la represión, discriminación racial y las prohibiciones, como el acceso a la escuela, son ilegales. También destacan que esa inmigración no incidiría en el desempleo y sería importante para la reproducción nacional (Sassone, 1994).

Algunos aspectos de la política inmigratoria argentina actual sirven como ejemplos generales de las características que suelen tener la inmigración europea y la latina en la Argentina. Si se considera que la existencia del Mercosur debería alentar normas que regularicen y faciliten el flujo poblacional entre los países miembros, las políticas actuales se destacan no sólo por la falta de convenios entre estos

países sino por la presencia de otros acuerdos que grafican algunas constantes. De este modo, desde el Ministerio de Relaciones Exteriores, Comercio Internacional y Culto (MRECIC) se elaboraron dos políticas: en una se invitó a las naciones de Europa del Este y en otras se redactó un convenio con Bolivia.

Fue así que en 1991, dos años después de la reconfiguración del mapa europeo, en Argentina se creó el "Programa Migratorio Especial para Europa Central y Oriental" (PROMEKO) con sede en el Ministerio de Relaciones Exteriores Comercio Internacional y Culto (MREC). Este programa surgió a partir de una invitación del Presidente de la Nación "a potenciales migrantes [de aquellos países], que quisieran radicarse en la República Argentina, ratificando su tradicional política de puertas abiertas" (Promeco, 1997:1) otorgándoles facilidades administrativas (ya menos tradicionales) como residencia temporaria por dos años y eximición de presentar contrato de trabajo.

Por otro lado, en febrero de 1998 fue firmado un convenio de inmigración entre Bolivia y Argentina aplicable en los mismos términos para ambas partes. Este convenio estaría dirigido a regularizar la situación de ilegalidad que caracteriza a la inmigración latinoamericana. Se trata de un convenio estrictamente laboral, que daría la oportunidad de blanquear la situación de los inmigrantes. Sin embargo, posee algunas exigencias que no darían cuenta de la realidad conflictiva de esta inmigración, tales como exigir un contrato de trabajo en blanco por parte del empleador, y que éste pague aportes, lo cual no sólo escapa al control del individuo empleado sino además que los inmigrantes, como el 50% de los argentinos, trabajan en "negro" (Novick, 1997).

Por otra parte, existe un Reglamento de Migración aprobado por Decreto 1023/94 y aplicado para justificar la inmigración europea, que en uno de sus 173 artículos sobre inmigración (fomento, admisión, leyes laborales, etc.) se destaca uno donde se especifican las condiciones particulares bajo las que pueden ingresar determinados extranjeros a los que la Dirección Nacional de Migraciones podrá concederles residencia temporaria o per-

manente:

"[podrán ser objeto de un tratamiento migratorio especial] los extranjeros provenientes de países que por razones históricas, geográficas, económicas, etc. justifiquen a juicio del Ministerio del Interior, previa consulta al Ministerio de Relaciones Exteriores, un tratamiento migratorio especial" (MI 1994, cursivas mías).

Habría cierta ambigüedad en ese tratamiento especial dado que dentro de las "razones geográficas, históricas y económicas" podrían ingresar tanto los limítrofes como los del Este. ¿Cuál sería una buena razón "económica" o "histórica" para ser objeto de un tratamiento migratorio especial a juicio del MI y del MRECIC? ¿Puede suponerse que esta invitación a Europa del Este ingresa en las representaciones de lo que sería políticamente correcto dentro de ciertos consensos de política internacional? ¿Qué lugar jugarían los países del Mercosur en estas consideraciones especiales?

RESTRICCIONES Y DENUNCIAS

En relación a estas facilidades y tratamientos especiales ciertos informes de ONG como los del Centro de Estudios Legales y Sociales (CELS) (1994-96) enfatizan, en un tono de neta crítica a la política inmigratoria del actual gobierno, la existencia de una política de discriminación hacia la inmigración de origen limítrofe (paraguayos, bolivianos, uruguayos, chilenos y brasileños), los cuales desde los años 40, intensificándose en los 60 y 70 comenzaron a dirigirse hacia la Argentina - sumándose a las migraciones internas hacia la Capital del país - llamados por el crecimiento industrial en algunos períodos y desplegando estrategias de supervivencia actualmente. De esta inmigración en elevado porcentaje son ilegales, realidad que sería conocida, aceptada oficialmente y cada diez años legalizada con una amnistía. Los motivos de la ilegalidad parecen ser las trabas burocráticas y los elevados costos del trámite, además de la necesidad de un contrato de trabajo por parte de un contratador legal, es decir, que efectúe aportes.

Del mismo modo que Sayad (1991)

analizando las causas de la emigración señala que ésta suele estar asociada a la pobreza y que esta última suele ser percibida como algo externo, como algo sobre lo que cada estado nación no es responsable: los estudios del CELS observan que la política oficial considera "la inmigración [como] una iniciativa privada cuyo costo debe ser asumido por el propio migrante, quien es su beneficiario inmediato" (Novick en CELS, 1995: 194), es decir, se considera la inmigración como algo individual y espontáneo siendo el inmigrante responsable de su propia inmigración. A diferencia de estas percepciones los inmigrantes limítrofes difícilmente podrían emprender su migración como un emprendimiento comercial privado, dada su situación de bajos recursos. Si bien, la entrada a la Argentina desde países limítrofes es sencilla, dado que sólo se requiere documento de identidad y se otorgan residencias transitorias de tres meses; la radicación no es tan simple, se solicita: a) tener familiares directos argentinos o radicados; b) tener un contrato de trabajo por el plazo de un año; c) Certificado de antecedentes policiales; d) un examen médico y la tasa migratoria de 200 pesos.

Según los informes del CELS, desde 1992 las expresiones emitidas desde los medios y por funcionarios públicos no se condicen con las políticas abiertas. Los discursos emitidos por altos funcionarios estigmatizan a aquellos que la adquisición de la legalidad les es dificultosa "a no ser que el gobierno se las otorgue discrecionalmente" (CELS, 1995: 179). Esas percepciones sobre los inmigrantes latinoamericanos asociarían inmigración ilegal con desempleo, enfermedades y delincuencia donde los inmigrantes serían responsables de los efectos del ajuste, la epidemia de cólera, el aumento de la desocupación o la ocupación ilegal de inmuebles, alentando la xenofobia.

A pesar de que algunos trabajos concluyen que la incidencia de la inmigración limítrofe tendría poca repercusión en términos de variables laborales de efectivizarse el cierre total de las fronteras (Montoya y Peticará, 1995), estaría difundida en la sociedad la imagen de que el desempleo se debe a la

inmigración limítrofe. Esta es asociada con representaciones de crisis económica, (competencia laboral, mano de obra barata, desempleo) y con imágenes negativas sobre determinada población de la Argentina calificada como mestiza y no deseada. Las denuncias del CELS (1995-1997), señalan que la Dirección Nacional de Migraciones (DNM) impediría que los inmigrantes ilegales trabajen y que sean alojados en el país. Sin embargo, lograr resolver la ilegalidad se complica cuando se trata de concretar un contrato de trabajo: la DNM requiere un contrato escrito por un período de un año como mínimo, acordado con un empleador que pague impuestos y aportes previsionales. Esto ocurre en un contexto en que los niveles de desocupación superarían el 17% para los centros urbanos, según estos informes. Más allá de eso, los inmigrantes que vienen a la Argentina generalmente trabajan en la construcción, servicio doméstico y trabajos independientes (Fleet, 1996).

Es así que, independientemente del nivel de empleo el inmigrante sería asociado negativamente con ello, si está desocupado implicaría un costo para la sociedad receptora, si trabaja estaría perjudicando a la mano de obra nacional. Según el ex-subsecretario gral. de la presidencia Luis Prol: "los problemas sociales del país, y en especial el de los sin techo, se originan en las migraciones desde los países limítrofes" (Clarín, 10/3/97).

Además, desde el Ministerio del Interior se estarían fomentando proyectos de carácter persecutorio de fuerte control policial. Es interesante una línea telefónica denominada "Interior escucha" habilitada por el aquel Ministerio, que recibe denuncias sobre inmigrantes ilegales, hospitales y escuelas deben informar a la DNM en casos de contacto con personas indocumentadas.

Así como se responsabiliza a los inmigrantes limítrofes por el desempleo, también se les atribuyen diversas enfermedades y epidemias: en relación a estas percepciones es llamativo un artículo salido en 1994 en el diario La Nación de un Brigadier retirado, ex-Ministro del gobierno Militar, miembro de la Academia Nacional de Ciencias donde señala:

"recientes estudios sobre la población argentina demuestran que la salud ha empeorado por aumento de las enfermedades de Chagas, meningitis, tuberculosis, parasitosis y, particularmente, el cólera, hasta hace poco desconocido en nuestro país [...]. Este alarmante aumento de la morbilidad se relaciona con el ingreso de inmigración ilegal sudamericana que, en aumento, se hacían promiscuamente en la periferia de Buenos Aires, en otras ciudades y en zonas rurales de Misiones, Chaco, Formosa, Salta, Jujuy y la Patagonia, con lo que introduce enfermos chagásicos, parasitados de cólera de Bolivia, Perú, Paraguay y Brasil. En el Gran Buenos Aires la contaminación es ya gravísima. Los últimos exámenes médicos para conscriptos registraron déficit de estatura de 10 a 12 centímetros en relación al resto del país. [...] Dos tercios de los hospitales públicos argentinos se gastan en pacientes inmigrantes sudamericanos" (Clarín, 21/4/1994).

Este artículo revela, además, cómo se adjudican a los inmigrantes los mismos males que en los 40 se atribuían a la población de "la otra argentina"; y cómo los conscriptos, al igual que en los años 20, 30 y 40, continúan marcando la temperatura del estado poblacional de la sociedad.

Por otra parte, a estos inmigrantes latinos e ilegales se les limitaría el acceso a la escolarización, principal vía de asimilación, lo que estaría en contradicción con la Ley Federal de educación por el que "el sistema educativo asegurará a todos los habitantes del país el ejercicio efectivo del derecho a aprender" (Fleet, 1996:223), a diferencia de los europeos que reciben atención especial para su asimilación. Así, a los efectos de una posible integración como estado nacionalizante (Brubaker, 1996) la integración de los inmigrantes europeos beneficiarios del Programa migratorio especial será realizada a través de algo asimilador por excelencia como es la enseñanza del lenguaje nacional, recibirían clases de castellano durante dos años además de "capacitación en temas culturales, sociales e históricos, a fin de

facilitar su integración a la sociedad argentina". Para ello existe un convenio con la Facultad de Filosofía y Letras (FFyL) de la UBA y la Comisión Católica Argentina para las Migraciones.

CONSIDERACIONES FINALES

Considerando que los llamados estados nacionales fundamentan su existencia en pretendidas diferencias que los individualizan y que legitiman divisiones entre iguales y no iguales, y de que estas fundamentaciones recurren a construcciones culturales presentadas con raíces étnicas y/o con tradiciones histórico-culturales que se perderían en pasados remotos, las reactualizaciones serían aquellos procesos por los que los contenidos de individualización son recreados con nuevos significados.

Así como Sayad (1986) señalaba que generalmente el problema inmigratorio es abstraído de las circunstancias políticas y nacionales que lo generan; lo que hacen las políticas inmigratorias es instituir una política selectiva naturalizando e institucionalizando ciertas concepciones clasificatorias. La relación con los estudios de Handler (1988) sobre procesos de objetivación y recreación de la cultura nacional en los que se asimilan inmigrantes y se marcan reivindicaciones nacionalistas, se aprecia en estos procesos de asimilación y exclusión. Mientras en los años 30-40 la preocupación era que llegasen inmigrantes asimilables pertenecientes a lo que se definía como un "tipo argentino latino en formación" (de origen español e italiano preferentemente), en los 90 asistimos a procesos de implementación de prácticas de asimilación de inmigrantes europeos y de limitaciones para los latinos.

Debe destacarse, además, que estas migraciones de Europa Central y Oriental y de los países limítrofes, se insertan, respectivamente, en el contexto de determinadas políticas internacionales y en el de mercados regionales. Los problemas asociados a la inmigración (relacionados con mercados laborales, constitución de minorías, asilos políticos, movilización de identidades nacionales, etc) constituyen un fenómeno transnacional, el conjunto de

políticas inmigratorias que despliega cada país se insertarían en medidas internas y de política exterior. Así, la inmigración europea se relaciona con coyunturas internacionales donde la diplomacia argentina procura estar presente a través de diversas estrategias del gobierno para fortalecer su imagen de nación comprometida con problemas mundiales. En tanto la inmigración latina se insertaría en las características del Mercosur, enfatizándose su aspecto económico más que social encubriendo otros problemas tales como los que señala Zolberg (1990). Este autor comentando cómo funcionaron en diferentes épocas las "puertas cerradas" en Estados Unidos, con el objeto tanto de proteger el mercado laboral en períodos de depresión ante competidores extranjeros, como contra la "hispanización" que podría alterar su tradicional conformación, destaca los diversos intereses que jugaron en esos períodos de crisis para abrir las puertas: uno, es la funcionalidad que tendría el empleo temporario de inmigrantes provenientes de países latinos para empleadores industriales como mano de obra barata, por otro lado el interés de los propios inmigrantes por ingresar y el de organizaciones filantrópicas que defienden los derechos de estos últimos. Estos tres aspectos, independientemente de la pertenencia o no al Mercosur, estarían actuando en las características de la inmigración limítrofe.

* *Adriana Villalón é Doutoranda em Antropologia Social - Museu Nacional/PPGAS/UFRJ.*

NOTA

1. El CELS es una ONG creada a fines del 70 en el contexto de la dictadura militar argentina para realizar investigaciones sobre violaciones a los derechos humanos como la desaparición forzada de personas. Con la reapertura democrática, en 1984, fue ampliando su órbita de investigaciones sobre aquellas violaciones hacia casos de violencia policial y discriminaciones sufridas por inmigrantes.

BIBLIOGRAFIA

- BRUBAKER, Rogers
(1996) *Nationalism Reframed. Nationhood and the National questions in the New Europe.* Cambridge, University Press.
- CANALS FRAU, Salvador
(1949) "Algunos rasgos antropológicos de la población argentina". *Anales del IEN (I)*: pp.15-28.
- DE MARCO, Graciela y SASSONE, Susana
(1994) "Problemáticas territoriales.

Asentamientos y dinámicas de la inmigración limítrofe". In: *Extranjeros en la Argentina - pasado, presente y futuro.* Buenos Aires, Programa de Investigaciones Geodemográficas, Conicet, pp. 179-242.

FLEET, Katie

(1996) "Situación de los inmigrantes y derechos humanos". In: *Informe Anual sobre la situación de los Derechos Humanos en la Argentina.* Centro de Estudios Legales y Sociales, Buenos Aires, pp. 223-288.

HALPERIN DONGHI, Tulio

(1987) "¿Para qué la inmigración? Ideología y política inmigratoria en la Argentina (1810-1914)". In: HALPERIN DONGHI, T. (org.) *El Espejo de la Historia. Problemas argentinos y perspectivas latinoamericanas.* Buenos Aires, Editorial Sudamericana, pp. 189-238.

HANDLER, Richard

(1988) *Nationalism and politics of culture in Quebec.* University of Wisconsin Press, Madison.

MONTOYA y PETICARA

(1995) "Los inmigrantes limítrofes, ¿Aumentan el desempleo?" In: *Novedades Económicas.* Buenos Aires, pp. 10-16.

NOVICK, Susana

(1995) "Política Inmigratoria. Inmigración real y Derechos Humanos en la Argentina". In: *Informe Anual sobre la situación de los Derechos Humanos en la Argentina.* Centro de Estudios Legales y Sociales, Buenos Aires, pp. 147-202.

QUIJADA, Monica

(1992) "De Perón a Alberdi selectividad étnica y constitución nacional". In: *Revista de Indias (LII)* 196/196: 867-888.

REY, Balmaceda

(1966) "Algunas consideraciones sobre la distribución geográfica de los extranjeros en la Argentina". In: *Bol. GAEA.* Buenos Aires 68-70, pp. 1-10.

SASSONE, Susana

(1994) "Anexo legal" In: *Extranjeros en la Argentina: Pasado, presente y futuro.* Buenos Aires: Programa de Investigaciones Geodemográficas, Conicet.

SAYAD, Abdelmalek

(1991) "Couts et profits da immigration, les presupposés politiques d'un debat économique". *Actes de la Recherche en science sociales (61)*, mars, pp. 79-82.

SEYFERTH, Giralda

(1996) "Construindo a Nação: Hierarquias Raciais e o Papel do Racismo na Política de Imigração e Colonização". In: *Raça, Ciência e Sociedade.* Org. M.C. Maio, R. V. Santos. Rio de Janeiro, Fiocruz.

VILLALÓN, Adriana

(1997) *De la conformación del tipo argentino: políticas inmigratorias argentinas 1940-1950.* Tesis de maestrado, Museu Nacional/PPGAS/UFRJ.

ZOLBERG, Aristide

(1990) *Reforming the Back Door: The Immigration Reform and Control Act of 1986 in Historical Perspective.* In: *Immigration Reconsidered, History, Sociology and Politics.* New York, Oxford University Press.

Programa Migratorio Especial para Europa Central y Oriental (PROMECO).

(1997) Ministerio de Relaciones Exteriores, Comercio Internacional y Culto (MRECIJ).

Clarín: 21/4/1994 y 10/3/97.

AGRICULTURA BRASILEIRA

Globalização e Integração no Mercosul

*José Sidnei Gonçalves**

GLOBALIZAÇÃO E INTEGRAÇÃO ECONÔMICA DAS NAÇÕES

A discussão sobre globalização e integração econômica nem sempre deixa claro alguns aspectos relevantes que provocam decorrências internas expressivas no campo do ajustamento das economias e os efeitos sociais desse processo. **O primeiro aspecto** é que as nações são diferentes não apenas no seu potencial econômico mas quanto à sua força geopolítica. Dessa maneira uma economia continental como a brasileira, concorrente em potencial da norte-americana, terá tratamento e sofrerá impactos distintos da globalização que os verificados no caso chileno onde optou-se por um caminho de complementaridade em relação aos Estados Unidos. **O segundo aspecto** decorre de que a globalização, e inserido nela o discurso neoliberal de eliminação da proteção às produções nacionais, ocorre numa situação onde os maiores exportadores mundiais são também os maiores importadores mundiais fazendo com que a Rodada Uruguai do GATT tenha sido nada mais que um ajuste de contas entre as pressões norte-americanas e européias, as maiores potências econômicas, e também agrícolas, do globo. Tanto assim que os subsídios agrícolas de ambas as economias passam a ser permitidos pelas regras vigentes no comércio internacional, na mesma medida que coíbem a intenção de outras nações em seguir movimentos semelhantes. **O terceiro aspecto** reside no fato de que o mercado internacional não corresponde ao ideal liberal de concorrência perfeita pois para qualquer produto importante transacionado pode-se citar um conjunto de máximo meia dúzia de empresas que respondem por mais de dois terços das ven-

das realizadas. São empresas multinacionais com o apoio explícito dos países de origem nas suas pressões sobre as diversas nações que atuam nesse mercado como compradoras e/ou vendedoras. Numa palavra, torna-se fundamental entender que o grande cassino internacionalizado representado pelo capital volátil também interfere diretamente nas condições de negócios e nas possibilidades de inserção de cada nação no mundo globalizado, e nesse cassino, vale o poder econômico que impede apostas vencedoras contra a banca.

Por seu lado, a integração das nações em blocos econômicos corresponde à procura de juntar-se poder para responder aos desafios de inserir-se soberanamente na globalização. Em resposta a uma economia norte-americana de US\$ 7 trilhões de produto nacional, a União Européia (UE) forja um enorme bloco de economias para também atingir US\$ 7 trilhões de produto nacional e contrapor-se ao poderio dos Estados Unidos. Mas há blocos e blocos, pois o Brasil inserido no MERCOSUL forma a integração num conjunto de economias que sequer atingem US\$ 1 bilhão de produto nacional, ainda assim com assimetrias econômicas e sociais enormes dentro e entre as nações envolvidas. Não é preciso ir muito além para concluir que se trata, no caso dos países do Cone Sul, da procura de juntar forças, mas com poderio profundamente assimétrico em relação aos blocos formados pelas economias desenvolvidas. Noutros termos, o MERCOSUL nasce como uma necessidade de agrupamento das nações vizinhas para inserir-se em condições melhores no processo de globalização.

Entretanto, os interesses não são sempre compatibilizáveis pois cada nação man-

tém relação própria e também assimétrica com as nações capitalistas desenvolvidas, em especial os Estados Unidos da América. Disso surgem disputas comerciais entre países do bloco, como é o caso da importação de trigo pelo Brasil que privilegiou os EUA, tendo como resposta a compra de carne suína norte-americana pela Argentina, em troca de cítricos, os quais o Brasil exporta. Outra questão está na harmonização das políticas macroeconômicas e nas regras do processo de transição o que penaliza de forma drástica a agricultura brasileira favorecendo a Argentina, pois esta aproveitou-se da abertura do mercado brasileiro de algodão em pluma mas mantém fechado seu mercado de açúcar. *Numa palavra, a integração das economias dos países do Cone Sul enfrenta obstáculos muito expressivos para se conformar como uma realidade plena, entretanto esses que vão desde interesses antagonísticos até os decorrentes das políticas macroeconômicas desarmonizadas. Mas de qualquer maneira, crescem de forma significativa as trocas comerciais dentro do MERCOSUL.*

AGRICULTURA BRASILEIRA E MERCOSUL: BALANÇA COMERCIAL NEGATIVA

A integração da agricultura brasileira no MERCOSUL deu-se em época concomitante com a abertura econômica nacional praticada com ritmo acelerado nos anos 90. Os efeitos desse processo sobre a realidade interna foram expressivos, impactando diretamente os agropecuaristas e os trabalhadores do campo. **O primeiro aspecto** a ser destacado corresponde à verdadeira importância da agricultura, entendida como um conjunto



Foto: Antonio Garcia Peres

de cadeias de produção na totalidade da economia brasileira. Para isso é fundamental entender que a agricultura moderna inicia-se na produção de insumos e máquinas (sementes, tratores, adubos e agrotóxicos), passa pela produção agropecuária (atividade na terra) e alcança as agroindústrias processadoras (usinas de açúcar e sucos cítricos), para atingir as estruturas comerciais (atacado e supermercados). No Brasil, de toda riqueza nacional medida pelo Produto Interno Bruto (PIB) que totalizou US\$ 803 bilhões em 1997, a agricultura contribuiu com 37,4% alcançando US\$ 300 bilhões sendo o mais importante segmento econômico, embora a agropecuária tenha gerado apenas US\$ 64 bilhões. Isso quer dizer que para cada duas unidades de riqueza geradas na roça, a multiplicação da agricultura moderna faz

surgir outras oito unidades nos seus outros segmentos. *Por isso é importante ter claro que a agricultura é o principal setor econômico de economias continentais como a brasileira e a norte-americana e que, realizar o processo de industrialização nessas realidades é industrializar suas agriculturas, sendo o que ocorreu no Brasil desde os anos 60.*

O segundo aspecto está no emprego, pois da população economicamente ativa (PEA) brasileira do ano de 1995, composta de 74,1 milhões de trabalhadores, o total com ocupação atingia 69,6 milhões em função do desemprego de 6,1% que alcançava 4,5 milhões de pessoas. Das pessoas que estavam empregadas, o número de 18,1 milhões, o que corresponde a 26,1%, labutavam na roça, ou seja, obtinham seu sustento nas propriedades rurais. Quando

se soma o emprego nos demais segmentos da agricultura moderna compostos pelos insumos, máquinas, agroindústrias e estruturas comerciais, o emprego atinge 32,7 milhões de pessoas, o que significa 46,9% da PEA brasileira. *Por essa razão é que, numa economia carente de empregos a agricultura representa um setor estratégico pela sua importância atual na ocupação de mão-de-obra e na sua capacidade de gerar empregos para uma imensidão de trabalhadores desqualificados a custos baixos pois, para gerar um emprego nos demais setores da economia precisa-se adicionar US\$ 13,2 mil no PIB, enquanto que na agropecuária são precisos somente US\$ 4,2 mil.*

O terceiro aspecto está na relevância da agricultura brasileira na geração de divisas. O Brasil está vivendo uma situação dramática na balança comercial que em 1997 registrou um déficit de US\$ 8,5 bilhões, pois exportou US\$ 52,9 bilhões e importou US\$ 61,4 bilhões. Entretanto, a situação seria muito pior se a agricultura brasileira não fosse um setor forte e competitivo pois separando-se a balança comercial da agricultura, obtém-se um superávit de US\$ 12,8 bilhões com a exportação de US\$ 21,0 bilhões e uma importação de US\$ 8,2 bilhões. *Portanto, sem a agricultura a balança comercial brasileira teria um déficit estrondoso de US\$ 21,3 bilhões, com o que deve-se ter claro que, mesmo tendo se industrializado, o Brasil tem na agricultura sua principal fonte de receitas de exportação com cerca de 40% das vendas externas, sendo que nela, portanto, deva se basear a recuperação das contas externas.* Fica claro por esses aspectos que a agricultura corresponde ao principal setor da economia brasileira e que as transformações da economia nacional nas últimas décadas reforçaram, ao invés de reduzir essa importância, pois de **primário exportador o Brasil se transformou em agroindustrial exportador.**

Muito embora esse fato seja notório, a integração da economia brasileira no MERCOSUL não observou esse aspecto pois os negociadores nacionais, governamentais ou privados, tiveram uma atitude de desconsideração no tocante a relevância da agricultura na realidade nacional, comportando-se como potência industrial

quando na verdade se constitui em país emergente com agricultura exportadora moderna, em New Agricultural Country (NAC). Tanto assim que o saldo da balança comercial brasileira que atingiu superávit de US\$ 2 bilhões em 1993, reverteu para uma condição de déficit crescente que atingiu US\$ 1 bilhão em 1996. Esse desempenho decorre diretamente da balança comercial da agricultura, deficitária em todos os anos da década de 90, mas cujos valores negativos aumentam de US\$ 1 bilhão em 1993 para US\$ 2,8 bilhões em 1996. Apenas as frutas frescas contribuíram com 160 milhões do déficit de 1996, sendo que as aquisições de algodão em pluma representaram US\$ 237 milhões do saldo negativo. No caso do algodão, as compras da Argentina foram incrementadas com o sucateamento da produção brasileira levando a perda de cerca de 270 mil empregos, o que revela a dramaticidade em termos sociais desse processo. *Assim, fica muito nítida a situação de que a agricultura brasileira levou desvantagem expressiva na integração econômica no MERCOSUL não tendo conseguido introduzir produtos em que sua força competitiva mostra-se elevada como o açúcar e o suco cítrico, ainda protegidos no mercado argentino, ao mesmo tempo em que ampliou as compras de algodão e frutas. Esse quadro exige uma postura diferenciada das autoridades brasileiras no sentido de estancar a perda de emprego e renda e, principalmente, de destruir possibilidades futuras como seria a produção nacional de frutas frescas.*

INTEGRAÇÃO ECONÔMICA NUMA AGRICULTURA HETEROGÊNEA

A agricultura brasileira configura-se como um mosaico de disparidades em todos os planos possíveis de análise: produtivo, social e regional. A abertura do mercado brasileiro na medida em que o País ingressa nas regras de concorrência do mundo globalizado e integra-se com outras nações na consolidação do MERCOSUL, acaba impondo um processo de ajustamento na agricultura que de maneira alguma se configura como neutro. A integração em blocos econômicos,

tal como a globalização no seu todo, representa a redução drástica de barreiras ao comércio, notadamente no caso brasileiro que nos anos 90 realizou esse processo de forma abrupta sem adotar mecanismos básicos de salvaguarda de seus setores produtivos. Os produtos da agricultura enfrentam, dessa maneira, a concorrência globalizada em todos os seus mercados, incluindo o interno e não apenas o de exportação. *Em função disso, normas, procedimentos, custos de produção e custos de transação passam a ser determinados no mercado global, reduzindo significativamente a autonomia dos mercados nacionais. Numa economia de padrões produtivos apresentando enormes disparidades o ajustamento elimina as chances de sobrevivência de contingentes expressivos de agropecuaristas.*

O exemplo mais dramático corresponde ao caso do algodão em pluma. A cotonicultura brasileira meridional originou-se do colonato do café e da colonização das terras do Norte e Extremo Oeste do Paraná. Eram pequenos produtores que cultivavam algodão com participação da família, envolvendo plantio em torno de dez hectares, colhidos manualmente e vendidos como algodão em caroço para as beneficiadoras que transformando em pluma abasteciam a agroindústria têxtil. Sustentado em políticas públicas ativas que iam desde a pesquisa agropecuária, incluía a venda de sementes de variedades nacionais e envolvia a fiscalização rígida de todo processo para monitorar problemas fitossanitários, o Brasil chegou a posição de um dos mais importantes exportadores mundiais. A proteção do produto nacional era assegurada pela taxação do produto estrangeiro em 55%, o que tornava proibitivas as importações. Em 1989 todo esse aparato foi desmontado e em 1997 o Brasil já era a maior nação mundial em importação de algodão em pluma, comprando no exterior cerca de 60% das necessidades nacionais. *Essa política de abertura na era de mercados globalizados promoveu um ajustamento interno que reduziu a produção interna de 850 mil toneladas para 300 mil toneladas, tirou do campo cerca de 67 mil pequenos cotonicultores e sucateou cerca de 600 mil empregos. Isso porque ao abrir-se abruptamente*

as comportas do mercado de pluma de algodão, a invasão do mercado interno deu-se como uma poderosa avalanche.

Mas o algodão nacional acabou? Não, retoma-se agora a produção em outras bases, mas que de maneira alguma conduzirão a uma volta ao passado. **Primeiro** é preciso dizer que foram as pressões urbanas, inclusive de trabalhadores organizados, face aos elevados custos dos vestuários, que sustentaram essa política de abertura pois os ganhos de produtividade da produção de pluma não foram repassados aos consumidores. **O segundo ponto** representa a realidade da cotonicultura em que conviviam produtores que conseguiam 30 arrobas por hectare a custos em torno de R\$ 7,00 por arroba, em lavouras de 10 hectares com colheita manual e outros 200 arrobas por hectare a custos de R\$ 5,00 por arroba em lavouras de 1000 hectares com colheita mecânica. Essa heterogeneidade no processo de abertura levou à diminuição expressiva dos cotonicultores de 10 hectares pois os custos e a renda obtida não permitiam a sobrevivência e o sustento das famílias. Os grandes agora expandem suas áreas no Norte Paulista e Brasil Central. **O terceiro aspecto** consiste no fato de que as compras de algodão no mercado internacional são feitas a juros de 6% ao ano e prazos de financiamento comercial de até 420 dias. Com isso, a indústria têxtil pode fabricar tecidos e roupas com algodão importado sem onerar-se em capital de giro, pois compra, processa e vende o produto final para depois pagar a importação, em condições muito mais vantajosas que as existentes no mercado interno de 40% de juros ao ano. Como as agroindústrias têxteis que têm cadastro internacional são as grandes empresas, houve um intenso processo de concentração do capital, com muitas pequenas fábricas fechando as portas. *Os preços dos têxteis aos consumidores brasileiros tornaram-se menores, mas à custa de imenso desemprego no campo e na cidade, ou seja, com elevado custo social frente à reestruturação produtiva numa agroindústria heterogênea.*

Esses fatos verdadeiramente dramáticos numa economia carente de oportunidades escondem outro aspecto relevante:

quem foram os países beneficiados? Basicamente a Argentina e os Estados Unidos e, em ambos os casos as companhias norte-americanas que dominam o mercado internacional de grãos e fibras. Os Estados Unidos como maior produtor e exportador mundial de algodão, com estrutura de produção e logística eficiente, além dos subsídios à produção e exportação. Mas como está-se tratando aqui do MERCOSUL, o caso argentino mostra-se emblemático. A Argentina, que no passado produzia volumes reduzidos de pluma na Província de Formosa, atualmente produz mais de 420 mil toneladas na moderna e nova zona algodoeira da Província do Chaco, sendo um dos maiores exportadores mundiais destinando seu produto principalmente para o mercado brasileiro. Dessa maneira o algodão portenho aproveitou-se significativamente da integração econômica e da abertura do mercado interno, expandindo sua estrutura de elevada produtividade. Mas internamente ao Brasil também ocorreu e vem se aprofundando processo semelhante com as grandes lavouras mecanizadas de algodão do Brasil Central crescendo em área e produção na mesma medida em que o algodão herbáceo dos pequenos produtores de São Paulo e Paraná e o algodão arbóreo do Nordeste, perdem expressão. *Noutras palavras, a globalização associada à integração econômica afeta duramente a estrutura produtiva de economias heterogêneas, induzindo o aumento de escala e a mecanização, na mesma medida em que diminui o número de produtores e o nível de emprego.* Isso vale para todos os grãos e fibras, como o arroz sul-riograndense que avança para a Argentina, o feijão preto que é importado da Província de Salta nesse mesmo país, as frutas frescas do Uruguai, Chile e países do Hemisfério Norte. Até o coco verde, para vender água de coco para turistas nas praias nordestinas, não é o coco da Bahia ou de Segipe, mas das Filipinas.

INTEGRAÇÃO E EXACERBAÇÃO DO CANIBALISMO GEOGRÁFICO

Os efeitos da reestruturação produtiva decorrente da integração em blocos econômicos e da globalização são expressivos sobre a estrutura social interna indu-

zindo grandes fluxos de movimentação de renda e de pessoas. As mensurações da profundidade desse processo são muito parciais pois muitos dos migrantes não se destinam a serviços no próprio setor agropecuário. A agricultura em economias continentais consiste no setor que irradia o processo de transformação por amplas áreas do território, e no capitalismo, o que irradia o progresso leva com ele as contradições sociais que lhe são inerentes. Ressalte-se que a migração das lavouras e criações consiste em aspecto parcial da migração da agricultura pois há mudança geográfica dos serviços e das agroindústrias associadas, que progressivamente também migram para os novos eldorados. *Mais grave quando se sabe que essa migração esconde um profundo processo de ajustamento estrutural deixando sem opções levas de pequenos e médios lavradores cujas limitações de escala face ao incremento da mecanização acaba determinando o abandono das atividades mais dinâmicas e lucrativas, levando-os a outras atividades como mera fonte de sobrevivência ou êxodo rural.*

No Brasil a agricultura apresenta a característica de atividade itinerante com a constante abertura de novas terras sem concretizar-se opções para as zonas velhas. Movido à especulação fundiária e incentivos fiscais e creditícios, esse canibalismo geográfico reproduz uma situação em que as frentes de expansão são sempre renovadas como novos eldorados, mas na retaguarda ficam a decadência e as terras degradadas das zonas velhas. O cara já esteve no Nordeste, está em São Paulo e amanhã talvez em outro endereço. O café, que esteve no Rio de Janeiro, no Vale do Paraíba paulista, passou por Ribeirão Preto, pela Alta Paulista, Norte do Paraná e no momento tem como terra prometida o Cerrado Mineiro. Ao mesmo tempo que Ribeirão Preto encontrou na cana para indústria uma nova fonte de renda e o Norte do Paraná na soja, conformando como exceções que confirmam a regra do canibalismo geográfico, o Vale do Paraíba e a Alta Paulista até hoje apresentam uma agricultura precária. O algodão sai do Pontal do Paranapanema, do Paraná e do Seridó e caminha para o Centro-Oeste deixando vazios econômicos, indo para o mesmo

Brasil Central que um dia seria o celeiro nacional de arroz, numa tentativa fracassada pois a rizicultura mais forte do Brasil está no Rio Grande do Sul. A Zona da Mata Pernambucana perde suas lavouras de cana mas a produção de frutas e grãos irrigados decorre da lavoura intensiva em capital dos polígonos irrigados no Oeste Baiano, Sul do Maranhão e Vale do São Francisco.

As lavouras do Brasil Central aumentaram a área em 4 milhões de hectares nos anos 90, numa realidade em que a área total nacional de lavouras reduziu-se de 51 milhões para 48 milhões de hectares, do que se deduz que as demais regiões perderam 7 milhões de hectares cultivados no mesmo período, ou seja, uma área superior a toda área de lavoura paulista, incluindo a cana. E todas essas mudanças exigem recursos públicos para aplicação em infraestrutura que acabam valorizando as terras das grandes propriedades compradas por valor reduzido ou simplesmente ocupadas à força, além do enorme volume de recursos consumidos em incentivos fiscais e subsídios creditícios. *Num país em que não há recursos para políticas sociais básicas abre-se mão de receitas públicas e gasta-se fortunas para construir aquilo que já existe e está sendo sucateado precocemente nas velhas regiões de lavouras. E pior, penalizando muitos pequenos lavradores e beneficiando poucos, numa clara declaração de incapacidade de realizar o desenvolvimento sustentável, econômica e socialmente. A ocupação de novos territórios é importante para o desenvolvimento nacional, desde que incorpore ao processo de desenvolvimento a imensa massa de excluídos e, quando isso for necessário em termos da produção nacional, realizando esse processo de forma planejada. Nunca com base em políticas que em nome do desenvolvimento regional privilegia grandes grupos e grandes proprietários, e estimula-se o canibalismo geográfico, criando novas zonas de dinamismo de curta vida útil e deixando para trás um rastro de decadência com miséria e pobreza.*

** José Sidnei Gonçalves é Engenheiro Agrônomo, Doutor em Ciências Econômicas e Pesquisador Científico do Instituto de Economia Agrícola (IEA) da Secretaria de Agricultura e Abastecimento do Estado de São Paulo.*

INTEGRAÇÃO ECONÔMICA, MERCADO DE TRABALHO E MIGRAÇÃO INTERNACIONAL: O Caso do Mercosul

Neide Patarra

(Seminário Regional "Globalizacion y Migraciones internacionales en Latinoamerica y el Caribe: tendencias y perspectivas para el Siglo XXI")
Mimeo, Santiago, 27-28/10/1998, 20 p.

No texto, a autora procura situar a importância do Tratado Comercial do Mercosul, no contexto econômico, histórico e demográfico do Cone Sul, destacando suas confluências e disparidades. Arrola uma série de dados comparativos, em termos demográficos e sociais. Procedo também a um balanço dos movimentos migratórios recentes ocorridos na área. Termina levantando as questões sociais emergentes, relacionadas à integração econômica e seus efeitos sobre o mercado de trabalho.

REFLEXOS DO MERCOSUL NO MERCADO DE TRABALHO

Maria Silva Portella de Castro

In: São Paulo em Perspectiva, nº1, jan-mar. Vol.9, pp. 139-144.

SEADE, São Paulo, 1995, 6p.

O artigo contextualiza a formação do Mercosul dentro do novo quadro das relações internacionais e os novos marcos institucionais e econômicos da América Latina. A partir daí estuda os efeitos sócio-econômicos na conformação do mercado de trabalho e na atuação das instituições sindicais. Nesse sentido, procura vislumbrar quais seriam as estratégias do movimento dos trabalhadores dentro da nova realidade que se apresenta.

MERCOSUL: SINOPSE ESTATÍSTICA

Nelson de Castro Senra et alli

IBGE, Rio de Janeiro, 1993, 314 p.

Conjunto de informações estatísticas, estudos, análises e documentos sobre os países do Mercosul. Na primeira parte traz artigos que tratam das origens deste tratado, sua formação e o sentido geopolítico estratégico do mesmo. A segunda seção trata das características territoriais, demográficas e econômicas. A terceira seção aborda a desafiante questão da harmonização das estatísticas e, finalmente, reproduz uma série de documentos relativos ao próprio tratado.

MIGRAÇÕES DE FRONTEIRA ENTRE O BRASIL E OS PAÍSES DO MERCOSUL

Teresa Sales

In: Revista Brasileira de Estudos de População, nº1, jan-jun, Vol. 13, pp. 87-98.

ABEP, Campinas, 1996, 12 p.

Trata-se de uma nota de pesquisa que coloca algumas reflexões em torno do tema das migrações e Mercosul. Ela se detém sobre o avanço em direção a fronteira agrícola do Paraguai, o que coloca em questão o mercado de terras, a migração fronteiriça e o próprio desenvolvimento do Mercosul.

PROGRAMA INTERINSTITUCIONAL DE AVALIAÇÃO E ACOMPANHAMENTO DAS MIGRAÇÕES INTERNACIONAIS NO BRASIL

Migração Internacional: Dados, Fatos, Flashes

NEPO/UNICAMP e NESUR/UNICAMP
São Paulo, 1985, 16 p.

Trata-se de um opúsculo que traz informações significativas vindas de diversas fontes as quais "permitem refletir sobre a importância do tratamento da questão migratória internacional em todos os setores da sociedade brasileira". São dados que se referem sobretudo aos quatro países envolvidos no Mercosul. Conta, inclusive, com um quadro comparativo entre as "Fontes do Direito do Trabalho".

LAS POLÍTICAS DE MIGRACIONES INTERNACIONALES

Lelio Mármora

OIM/Alianza Editorial, Madrid/Buenos Aires, 1997, 442 p.

A equidade social, a conservação do meio ambiente e as migrações internacionais são três das grandes preocupações de longo prazo que a humanidade carrega para o terceiro milênio. É nesse sentido que o autor aborda a questão das migrações, numa perspectiva histórica, mas também sob os aspectos técnico e prático. O principal tema abordado é então o das políticas migratórias.

SEJA UM COLABORADOR

Travessia está aberta à publicação de artigos de pesquisadores e estudiosos que analisam a realidade em que o migrante está envolvido, a partir dos diferentes ramos do conhecimento: social, político, cultural, econômico, antropológico, educacional, etc.

A revista destina-se, fundamentalmente, a um público intermediário; quer ser uma ponte entre a produção acadêmica e a produção popular. Se for do seu interesse, envie artigos para a redação, seguindo as orientações abaixo elencadas:

- * De preferência, artigos que se enquadrem dentro dos temas previamente anunciados, conforme consta ao lado;
- * Tamanho: aproximadamente 250 linhas de 75 toques, incluindo notas e bibliografia;
- * Intercalar o texto com alguns intertítulos;
- * Clareza de linguagem e simplificação dos conceitos;
- * Na medida do possível, enviar algumas fotos com os respectivos créditos, as quais serão posteriormente devolvidas;
- * Os artigos devem ser inéditos;
- * Fazer constar breve identificação do autor, endereço e telefone;
- * Notas: utilizar apenas nos casos em que o texto requer alguma explicação relevante;
- * Referências: devem constar no interior do texto, entre parênteses, com o nome, ano e quando específicas, a página. Ex.: (Silva, 1996, p.3);
- * Bibliografia - Pode-se seguir este padrão:
 - a) Livros: nome do autor; ano entre parênteses; título do artigo em itálico; local da publicação; nome da editora. Exemplo: FERNANDES, Florestan (1977) *A Sociologia no Brasil*. Petrópolis, Vozes.
 - b) Artigos: nome do autor; ano entre parênteses; título do artigo entre aspas; nome do periódico em itálico; volume (se houver) e nº; mês(es); nº da página. Exemplo: SARTI, Cynthia Andersen (1995) "São os Migrantes Tradicionais?". *Travessia-Revista do Migrante*, nº 23, setembro-dezembro, p.11.

NB: Por tratar-se de artigos breves, pede-se utilizar os recursos acima com parcimônia.

O autor de artigo publicado receberá dez exemplares da revista.

O Conselho Editorial reserva-se o direito de submeter os artigos à sua apreciação.

PRÓXIMOS LANÇAMENTOS

**TRAVESSIA
Nº 34
ASSOCIAÇÕES
DE
MIGRANTES**

(Mai-Ago/99)

**Prazo para
envio
dos artigos:
(29/03/99)**

**TRAVESSIA
Nº 35
GERAÇÕES
NA MIGRAÇÃO**

(Set-Dez/99)

**Prazo para
envio
dos artigos:
(30/06/99)**

**TRAVESSIA
Nº 36
5 SÉCULOS
DE MIGRAÇÃO**

(Jan-Abr/00)

**Prazo para
envio
dos artigos:
(20/10/99)**



A CRIANÇA E O ADOLESCENTE NO CONTEXTO DAS MIGRAÇÕES

SEMINÁRIO COMEMORATIVO DO CENTENÁRIO DA MORTE DO PE. JOSÉ MARCHETTI



ORDEM

PARAGUAY

CSEM - CEM - SPM - CESMI

O CSEM (Centro Scalabriniano de Estudos Migratórios-Brasília), o CEM (Centro de Estudos Migratórios-São Paulo), o SPM (Serviço Pastoral dos Migrantes) e o CESMI (Centro de Estudos Migratórios da Província N. S. Aparecida-São Paulo), institutos e organismos ligados às Missionárias e Missionários scalabrinianos, promoveram, em 1997, um Seminário que teve por tema central a criança e o adolescente no contexto das migrações. Esta publicação recolhe as contribuições principais deste Seminário, que flagram uma dimensão pouco percebida do fenômeno migratório - suas consequências sobre as crianças e os adolescentes. Como repercute nas crianças a migração, e que desafios pastorais surgem em decorrência, é a pergunta que está no cerce das preocupações abordadas pelo Seminário.